



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA.
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA E SOCIEDADE

Janaína Lacerda Furtado

OS DOIS LADOS DA MOEDA: A Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro e o discurso de higiene e saneamento no século XIX.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como exigência para a obtenção do Grau de Mestre em História. Área de concentração: Política e Sociedade

Orientadora: Prof^a.Dr^a.Marilene Rosa Nogueira da Silva

Rio de Janeiro

Junho 2003

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FURTADO, Janaína Lacerda.

Dois lados da moeda: a Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro e o discurso de higiene e saneamento no século XIX/Janaína Lacerda Furtado. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 2003.

vii, 84p.

Dissertação-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IFCH.

1.História Política. 2.Brasil-História-Séc.XIX. 3.Dissertação.
(Dissertação-UERJ/IFCH).I.Título

DEDICATÓRIA

Para Nelson Carvalho Rosas.
Sempre presente mesmo não estando mais aqui.

AGRADECIMENTOS:

Fazer uma lista de agradecimentos é uma tarefa difícil, ousado dizer até mais difícil que a própria dissertação, pois quase sempre se deixa alguém importante de fora ou, por outro lado, acaba-se por incluir gente demais... Mas, de qualquer maneira, gostaria de agradecer a todos, que de um modo ou de outro contribuíram para este trabalho.

Agradeço à FAPERJ, pelo apoio financeiro. Agradeço ao Museu de Astronomia e Ciências Afins, principalmente à Ana Maria Ribeiro e Alda Lúcia Heizer e a sempre prestativa Michele, do Departamento de Pesquisa, pelo uso das instalações, acesso à documentos e ao acervo da biblioteca.

Agradeço especialmente à minha primeira e eterna orientadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães e à minha orientadora Marilene Rosa Nogueira da Silva, por terem acreditado e incentivado meu trabalho desde os tempos da graduação, afora o apoio e carinho que sempre me dedicaram.

Agradeço também à minha família, meu pai, minha mãe, meus primeiros professores de História, à Letícia e Carolina, pelo carinho e paciência. A Antônio e Josane, pelo incentivo e carinho. E a todos pela ajuda no que se refere à pequena Helena. E à Marco Antônio Júnior por ele ser quem é. Ainda a meus amigos Luciene, Luciana, Felipe, Rômulo e Caíque sempre lá nos melhores e piores momentos. À Helga pela sugestão da mudança do título. Vocês são os melhores. Agradeço, de maneira muito especial ao meu mais severo e adorável crítico: Carlos Ziller Camenietzki.

E, finalmente, a meu querido co-orientador Fábio, por suas sugestões, críticas e incentivos a este trabalho, pelas longas horas de conversas e discussões. E por fim, mais não menos importante, à minha querida Helena, tantas vezes privada da companhia de mamãe por causa deste trabalho, por ter deixado sua mamãe terminar de escrever esta dissertação sem (quase) reclamar.

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo estudar, tendo como objeto a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, a construção do discurso da higiene e urbanização que se delineou no Rio de Janeiro a partir da epidemia de 1849 e construiu ao longo do século XIX um discurso de cidade civilizada e moderna a partir de planos de melhoramentos urbanos e sanitários, em um movimento liderado por engenheiros e sanitaristas, em sua maioria, ligados ao poder público, discurso este que irá se materializar, efetivamente, no início do século XX com o Prefeito Francisco Pereira Passos.

Palavras-chave: História política-Brasil-Império Séc.XIX- Reforma urbana

ABSTRACT:

This present work has the objective, upon the study of the Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, the building of the discourse on the hygiene and urbanism on the city of Rio de Janeiro since the first epidemic of 1849 and aware the beginning of the speech about civilization and modernism on XIX century, leading by engineers and doctors, mostly member of the state. That speech will effectively became reality with Francisco Pereira Passos on XX century.

Key-words: Political History-Empire of Brazil 19th Century-Urban Reforms

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO-	1
CAPÍTULO 1: Cidade real X Cidade ideal.	
1.1- A cidade do Rio de Janeiro e o seu termo.....	7
1.2- Paris, Londres e Rio de Janeiro:a população perigosa.....	12
1.3- A cidade ideal: os espaços de sociabilidade da elite.....	16
CAPÍTULO 2: A doença da morte: as epidemias e os doutores da cidade.	
2.1- História e Medicina: a breve história de uma História.....	21
2.2- Prevenir é melhor do que remediar: os doutores da cidade.....	23
2.3- As instituições de Medicina e Saúde Pública no Brasil.....	30
2.4- A Junta de Higiene e a teoria dos miasmas.....	34
CAPÍTULO 3: Cidade civilizada: A Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro.	
3.1- O retorno da história política e da biografia.....	39
3.2- João Alfredo e os projetos de Melhoramentos.....	44
3.3- Os escolhidos: a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro.....	47
.CAPÍTULO 4: Dos planos à prática: da comissão até a prefeitura.	
4.1- Os Planos da Comissão.....	54
4.2- As habitações populares e os relatórios da Comissão.....	62
4.3- A teoria e a prática: os planos e o governo de Pereira Passos.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
FONTES.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	80
.ANEXOS.....	83
ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES:	
Mapa 1-.....	10
Mapa 2.....	28
Mapa 3-.....	60
Mapa 4.....	68

Reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado - mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode se ter o privilégio de auscultar almas mortas... Se rompermos todo o contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo; achataremos nosso próprio mundo.

Robert Darton

INTRODUÇÃO:

1- O tema:

A discussão em torno do saneamento, da higiene e da urbanização da cidade do Rio de Janeiro é um assunto bastante discutido nos dias de hoje. A cidade sofre nos dias atuais com problemas relacionados ao saneamento, como rompimento de tubulação de esgoto, falta de canalização em algumas regiões da cidade. Sofre também com problemas relacionados à saúde pública e às doenças infecto-contagiosas, como o cólera, a dengue e a tuberculose. Isto sem falar nos problemas de infra-estrutura urbana, como a poluição e o mau cheiro do Canal do Mangue - problema este que data ainda do início do século XIX - e da Baía de Guanabara, e o deslizamento de encostas e as enchentes causadas pelas chuvas e o acúmulo de lixo.

Tanto assim que há alguns anos o Jornal O Globo publicou uma reportagem a respeito de um plano para tornar o centro da cidade um local de moradia novamente, que seriam as regiões dos arredores do Campo de Santana e da Central do Brasil e da Praça Tiradentes, e entre o Passeio Público e a Catedral Metropolitana, passando obviamente pela Lapa, num total de 439 unidades habitacionais, distribuídas por 21 edificações. O projeto, intitulado *Projeto de Revitalização do Centro do Rio*, inclui a recuperação de sobrados e casarões mal conservados e a construção de conjuntos habitacionais em terrenos desocupados. Sendo que destes 21 imóveis novos, 14 seriam, também, de unidades comerciais, todos visando a classe de baixa renda¹. Uma grande ironia, sem dúvida, já que no início do século XX colocou-se em prática um plano de reurbanização que afastaria a população de baixa renda do centro do Rio, e no início do século seguinte faz-se o processo inverso.

A questão da higiene também esta presente. O mesmo jornal publicou, também em 2001, durante uma semana o suplemento "Retratos do Rio" que abrangia desde a despoluição da Baía de Guanabara, os níveis, preocupantes, de

1 CALAZA, Luciana. De volta ao centro do Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de maio de 2001. Morar Bem, p.1/3.

poluição dos rios e córregos, a poluição sonora, do ar, dentre outros. O problema da vegetação do Rio que estaria desaparecendo devido ao desmatamento, a rede de esgoto ineficiente, que apesar de possuir um bom índice de atendimento à população, 94,86%, somente 13% seriam tratados, além do alto índice de esgoto lançado nas praias.

Ao final das duas reportagens observa-se o discurso de ‘tornar o Rio de Janeiro uma cidade civilizada e educada, enfim, uma cidade de “Primeiro Mundo”’. O interessante é observar que esta discussão de cidade higiênica e civilizada data de muito antes, mais precisamente da segunda metade do século XIX.

Todo o processo de remodelação da cidade que se materializou em fins de 1880 e início do século posterior teve suas bases ainda na segunda metade do século XIX, o Clube de Engenharia, instituição que teve papel fundamental na produção e materialização do discurso do chamado Bota- Abaixo, teve suas origens na Escola Politécnica, antiga Escola Central, que formou os homens que iriam, mais tarde, comandar as reformas da cidade. Homens estes, é bom lembrar, que se formaram no início do século embalados pelo discurso sobre saneamento e reforma urbana oriundos ainda do século XVIII, calcados na Medicina Social e nas questões de saúde pública, que começaram a surgir e a serem discutidas por médicos, políticos e engenheiros neste período.

O objetivo deste trabalho é justamente analisar qual foi o ponto de partida para a produção deste discurso vitorioso de civilização, quem os produziu e de que maneira estas idéias foram pensadas. Para tanto, este trabalho fixou sua análise nos planos de reestruturação urbana do Rio de Janeiro elaborados pela Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro, criada em 1874 pelo Conselheiro do Império João Alfredo Correia de Oliveira a fim de tentar sanar os problemas de saúde pública e desordenamento urbano da cidade.

2- As Fontes:

Para este trabalho foram utilizados como fontes os seguintes documentos: os Relatórios Ministeriais do Ministério dos Negócios do Império, desde 1849 até 1876, e também os anexos a estes relatórios referentes à saúde pública, além dos relatórios da Junta de Higiene. E ainda, como não poderia deixar de ser, os dois relatórios da Comissão, também publicados em anexo aos relatórios nos anos de 1875 e 1876. Além do texto José Pereira do Rego, o Barão do Lavradio, *Memória Histórica das epidemias de febre amarela e cólera morbo que tem reinado no Brasil e Esboço Histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870 pelo Dr. José Pereira do Rego*².

Todos estes documentos são fontes impressas e encontram-se no Arquivo Histórico, entretanto, os dois relatórios da Comissão e os textos de Pereira do Rego, estão publicados no Jornal do Comércio, bem como os relatórios da Comissão de Melhoramentos. E ainda os Relatórios Ministeriais, bem como seus anexos, e os Relatórios da Comissão e da Junta de Higiene podem ser consultados na Internet, na página da Universidade de Chicago.

3- Os pressupostos teóricos-metodológicos:

A partir da década de 1870 o pensar o problema urbano no Rio de Janeiro atinge seu ápice, saindo, inclusive, da esfera puramente científica para a esfera política, em um movimento que se iniciou ainda em 1850. Mesmo porque dentro da discussão em torno das epidemias havia a discussão de que maneira a Capital do Império iria definir seu caminho rumo a almejada civilização.

Os principais produtores deste discurso são o que aqui vamos definir como, intelectuais, os médicos, em um primeiro momento, sobretudo da Academia Imperial de Medicina e, em um segundo momento os engenheiros, que passam, a partir da criação do Clube de Engenharia a se tornar um grupo coeso e a monopolizar o discurso sobre o urbano e a higiene.

² Reproduzidos no livro *O Barão do Lavradio e a higiene no Rio de Janeiro*. de Lourival Ribeiro.

Para entender de que maneira este processo, materializado com o Prefeito Pereira Passos nos anos de 1904/06, se delineou na segunda metade do século XIX é preciso entender este grupo justamente como um grupo de intelectuais que pensam em interferir em seu ambiente, pensam a sociedade e nas formas de reestruturá-la, a partir de um discurso científico, calcado nos princípios da medicina social e da engenharia, que é produzido “de cima para baixo”, ou seja, um discurso de poder.

Para entender este processo, que vem a ser o estudo da produção do discurso político sobre a higiene, optei por fazer a análise do discurso produzido pelo Estado, no caso os Relatórios Ministeriais, entre os anos de 1871 e 1876, de autoria do Ministro João Alfredo, além dos relatórios da Comissão de Melhoramentos, publicados nos anos de 1874 e 75, bem como os relatórios da Junta de Higiene no mesmo período. Foi feita uma abordagem qualitativa das fontes a partir do contexto em que foram produzidas, por quem foram produzidas e quais os objetivos, ditos e não - ditos, e a partir daí observar as representações políticas contidas neste discurso e também o entrelaçamento entre o político e o científico, o político e o social a fim de pontuar a repercussão do político no contexto social da época.

Para tanto procurei pontuar as trajetórias destes “intelectuais de Estado”, sem cair na visão antiga oriunda da história tradicional que privilegiava apenas o discurso estatal para descrever a trajetória dos indivíduos que ocupam um lugar privilegiado dentro da sociedade, ou por outra, cair na armadilha de fazer uma biografia laudatória destes intelectuais, utilizei-me do conceito, cunhado por Pierre Bourdieu, em seu texto *A ilusão biográfica*, de biografia e contexto, que consiste em analisar o biografado dentro de seu contexto social, histórico e familiar, incluindo observar a que grupo social este indivíduo pertence, onde estudou, em que período, quais as idéias e teorias em voga da época, onde trabalhou, com quem se relacionava, quais lugares freqüentava, enfim seus círculos de sociabilidade.

Optei por fazer no início de cada capítulo uma exposição dos autores e conceitos os quais me baseei para analisar cada aspecto abordado no capítulo ao

invés de me ater a um capítulo teórico. Assim, o primeiro capítulo inicia com uma introdução com alguns conceitos desenvolvidos por Ilmar Rorhloff de Mattos e Elisa Reis sobre o que significava aos homens da elite política, econômica, cultural e social do Império conceitos como “ordem”, civilização“ e “nação” para depois mostrar o Rio de Janeiro desta época, o real, com suas ruas estreitas e populações de diferentes raças, credos e camadas sociais e o ideal, aquele que elite idealizava como a vitrine do Império do Brasil cosmopolita. Já no segundo capítulo procurei, após uma breve explanação das relações entre medicina e história, fazer um histórico das políticas públicas de saúde da França e Inglaterra, os dois símbolos máximos de civilização que a elite imperial procurava se espelhar, e suas semelhanças e diferenças com as políticas de saúde pública do Império do Brasil. E no capítulo 3 e 4 analiso a Comissão e seus personagens centrais, sob a perspectiva da nova história política, sobretudo destacando a importância da Biografia.

CAPÍTULO I

Cidade Real X Cidade Ideal

Se à qualidade de uma cidade junta-se a de capital de uma grandenação, argumenta consideravelmente a influência da cidade nos destinos do paiz.

Viera Souto.

Foule sans nom! Chaos! De voix, des yeux, des pas.

Victor Hugo

1- Introdução:

Ilmar Rohrloff de Mattos afirma que o processo de construção do estado Imperial implicou o processo de constituição de uma classe senhorial, classe esta que teve como força social dirigente os chamados Saquaremas. Para estes a manutenção de uma ordem e a difusão de uma civilização eram os objetivos fundamentais a serem alcançados e eram ao mesmo tempo um meio pelos quais empreendiam a construção do Estado e possibilitavam a constituição de uma classe. E assim sendo, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial eram os requisitos que asseguravam a ordem e difundiam a civilização³.

E difundir a civilização significava assegurar o primado da razão, o triunfo do progresso, a difusão do espírito de associação e a formação do povo. Por outro lado significava também garantir a adesão a uma ordem, ordem esta baseada na existência da escravidão. Significava ainda estabelecer as ligações entre as famílias da “boa sociedade” e, ainda que secundariamente, com os elementos subalternos⁴

A cientista política Elisa Reis ao analisar o Estado Nacional como ideologia salienta que a peculiaridade do Estado Nacional está justamente na reciprocidade entre Estado e nação, reciprocidade esta que dificulta uma diferenciação clara entre os dois. Vários autores, incluindo Weber e Marx, tentaram definir, e diferenciar, os limites e alcances destes dois termos, porém, longe de aprofundar

3 MATTOS, Ilmar R. de. Do Império à República. *Estudos Históricos*, R.J, Vol.2, n.4, 1989.p.166.

4 Idem. p.167-68.

este tipo de discussão, basta ressaltar que a construção da nação enquanto ideologia política do moderno Estado Nacional envolve uma representação ideal de como a sociedade deve ser organizada, e este ideal tanto pode abranger um projeto a ser realizado quanto uma justificativa de práticas já existentes⁵.

No Brasil, ainda segundo Elisa Reis, a “nação” como ideologia política aparece antes mesmo da independência, como se observa na obra dos políticos da época que pregando a independência refletiam sobre a organização da sociedade brasileira. A partir da estrutura patrimonial herdada da administração portuguesa expandiu-se consideravelmente um centro burocrático, principalmente na segunda metade do século XIX, que, por sua vez, veio a ser a afirmação simbólica da ordem pública⁶.

Parto da mesma idéia de Reis de analisar a idéia de “nação” no final do Império como uma ideologia política. Ideologia esta que visava, retomando, Ilmar de Mattos, assegurar a ordem e difundir a civilização e para tanto os homens da elite imperial acabaram por construir um ideal próprio de como a sociedade brasileira deveria ser: um império moderno e civilizado, e para tanto foram elaborados, ainda que de maneira difusa, projetos para se alcançar este ideal. E um destes projetos passava, sem dúvida alguma, pela higiene pública. E o carro-chefe destes projetos era, sem dúvida, a sua capital, o Rio de Janeiro, que deveria espelhar a “grande nação” que seria o Brasil no futuro.

2- A cidade do Rio de Janeiro e o seu termo:

Na década de 1870, o Rio de Janeiro era, desde o Ato Adicional de 1834, dividido em Município da Corte e Província do Rio de Janeiro. A província do Rio de Janeiro era sede do governo e dos serviços burocráticos, se encontrava ali o grande comércio, as firmas industriais e bancárias, e localizava-se neste território o Município da Corte, ou Município Neutro, um centro que compreendia vários centros urbanos menores e diversas regiões periféricas.

5 REIS, Elisa. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, Vol.1, n.2, 1988. p.187-88

6 Idem. p.191.

A cidade possuía diversas freguesias, esta divisão territorial compreendia o aspecto administrativo e religioso, que acabavam por vezes por se confundir, pois, no início da colonização da cidade a divisão foi feita de acordo com as paróquias, as quais limitavam os territórios de jurisdição religiosa, e somente mais tarde acabaram por abranger os territórios de jurisdição administrativa⁷. A primeira freguesia a ser fundada foi a de São Sebastião, em 1569 e se localizava no Morro de mesmo nome, mais tarde denominado Morro do Castelo⁸.(Vide foto 1 Anexo 1)

Com o crescimento da população, o morro foi ficando pequeno e a cidade conheceu a chamada primeira expansão, a descida para a Várzea, área compreendida entre os quatro morros existentes, o do Castelo, de São Bento, da Conceição e Santo Antônio, chamada de mais tarde de Cidade Velha, lá permaneceu até o século XVIII. A partir desta data a cidade conheceu a segunda expansão, para o oeste, até o Campo de Santana e São Diogo, e para o sul, partindo da Lapa, seguindo em direção ao Catete, Laranjeiras, Botafogo e Lagoa, determinando agora a Cidade Nova. E finalmente na segunda metade do século XIX a cidade conheceu então sua terceira expansão, para o "interior", o chamado arrabalde.

No final do século XIX existiam 19 freguesias e 2 ilhas, denominadas da seguinte maneira: as freguesias urbanas, subdivididas em Cidade Velha, Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento e Glória, Cidade Nova, Santana, Santo Antônio e Espírito Santo, e Arrabaldes, Engenho Velho, Lagoa, São Cristovão, Gávea e Engenho Novo. Havia ainda as freguesias rurais de Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz.

As freguesias da Cidade Velha, cuja Freguesia da Candelária data de 1634, concentravam as atividades manufatureiras, artesanais e comerciais. Na Candelária se localizava as Praças do Mercado e do Comércio e também muitos prédios públicos importantes, o Ministério da Guerra, a Casa da Moeda, a

7 BERGER, Paulo. Introdução. In: NORONHA SANTOS, Francisco A. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

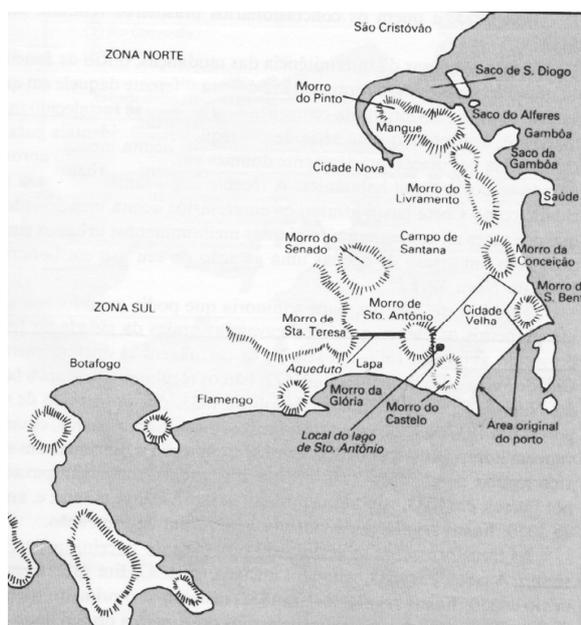
8 Existem várias versões sobre os diversos nomes anteriores do Morro do Castelo, Morro de São Januário, Morro do Alto da Sé, Morro do Descanso, dentre outros, provavelmente todas as denominações estão corretas, pois remetem às construções existentes no morro ou a algum aspecto da geografia, prática muito comum para denominar uma localidade.

Inspetoria de obras públicas, o Senado Federal, além do Paço Imperial, ou Palácio do Largo do Paço, reservado aos bailes de gala, de cortejos e festas do Império. À beira mar ficava situado o mercado, conhecido como, Praça do Mercado, mandado fazer ainda em 1834.

Na freguesia de São José havia o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, a Câmara dos Deputados, a Escola de Medicina, a Biblioteca Nacional e o Passeio Público. Nas demais, Santa Rita, Sacramento e Glória, possuíam casas comerciais e diversas atividades manufatureiras, além de trapiches e estaleiros. Localizavam-se nesta região os Teatros, o Tesouro Nacional, a Escola de Belas Artes e o Tribunal de Contas. Sendo que a Glória, de ocupação recente, 1834.

As freguesias da Cidade Nova concentravam indústrias, comércio varejista, e alguma atividade manufatureira. São as freguesias mais recentes, sendo a mais antiga a de Santana, de 1814. Esta freguesia localizava a casa da Moeda e o Ministério da Guerra, além da Estrada de Ferro dom Pedro II, construída no lugar da Igreja de Santana. As demais freguesias foram ocupadas à medida que se aterravam os mangues e lagoas e tornaram-se locais eminentemente residenciais.

As demais freguesias dos Arrabaldes, São Cristovão e Engenho Novo, além de residências possuíam diversas fábricas, de vidro, barro, tecidos, chapéus etc., e oficinas. Sendo que São Cristovão, onde se localizava a residência da Família Real, na Quinta da Boa Vista, predominavam residências aristocráticas. Já no outro extremo, a Freguesia de São João Batista da Lagoa, desmembrada da Freguesia de São José em 1809, abrangia as regiões de Botafogo, Urca, Copacabana, Ipanema, Gávea e Lagoa. Também possuía uma população mais abastada e um intenso comércio local, e nesta freguesia se localizava o Cemitério São João Batista. No mapa abaixo podemos observar a divisão territorial da cidade:



MAPA 1

No que diz respeito à população da cidade, a Freguesia de Santana era a mais povoada por concentrar o comércio varejista e diversas indústrias além de diversos edifícios públicos, nesta freguesia misturavam-se os homens da administração pública, que habitavam espaçosos sobrados, e os de baixa renda, homens brancos pobres, escravos, foros ou ao ganho, que viviam nas ruas ou nas chamadas *habitações populares*.

As *Habitações populares* eram todos os tipos de habitação coletiva: hospedarias, estalagens, casas de cômodos e os famosos cortiços. Enfim, eram as habitações que, dentro de um mesmo terreno ou sob o mesmo teto, abrigavam famílias distintas que se constituíam em unidades sociais independentes. Os cortiços eram pequenos quartos, muitas vezes construídos uns sobre os outros, com varandas, sem cozinha individual, podendo ou não haver um pátio, área ou corredor interno, o banheiro a lavanderia e a cozinha eram espaços coletivos, já a estalagem, por sua vez, possuía um pátio, com quartos divididos em dois cômodos, cozinha interna ou externa e também banheiro e lavanderia comuns⁹. E embora a Academia Imperial de Medicina tenha no ano de 1843 sugerido evitar as aglomerações dos cortiços, nas duas décadas posteriores esse tipo de habitação

⁹ Relatório do Ministério dos Negócios do Império e Parecer do Conselho Superior de Saúde Pública ambos de 1866 citados por CARVALHO, Lia de Aquino *Habitações populares*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995. p.133/134.

acabou por aumentar consideravelmente na região central da cidade.(Vide foto 2 Anexo 1)

Com o avançar do século, impulsionado pelas Companhias de Carris e a Rede Ferroviária, uma parte da população começou a migrar para as regiões periféricas, entretanto, apenas as populações mais abastadas moravam nas chácaras e nos sobrados dos arrabaldes de Botafogo, Engenho Velho e Engenho Novo, sendo que a maioria da população continuava a ocupar o centro¹⁰.

Além do problema da população cada vez maior nas freguesias da Cidade Velha, outro problema era a geografia da cidade, com seus morros, lagoas e mangues, que, juntamente com a aglomeração e as habitações sem higiene, eram apontadas como as causas da proliferação das doenças. Além do morro do Castelo, na parte central havia o morro de São Bento, de Santo Antônio, do Senado, da Conceição, do Livramento e do Pinto e mais adiante, morro de Santa Teresa e da Glória, segundo a teoria da época estes morros impediam a circulação do ar, e impediam que os miasmas seguissem para o mar. As lagoas, outro foco de miasmas, eram inúmeras, diversas desapareceram ou foram reduzidas pelos diversos aterramentos, enquanto que outras tantas surgiram. Para citar apenas algumas, a lagoa, ou lago, de Santo Antônio, localizado entre os morros de mesmo nome e o do Castelo, por exemplo, foi aterrado ainda em 1643, e ligando-se a esta lagoa havia a lagoa da Ajuda, que terminava no Convento de mesmo nome.

E finalmente o grande vilão da saúde pública do século XIX: os mangues. Os mangues se localizavam em vários pontos da cidade, mais os que realmente preocupavam eram os da região da Cidade Nova, começavam na antiga rua Santa Rosa, limitados ao norte pelos morros da Providência e de São Diogo e ao sul pelas ruas do Conde e do Bonjardim. Outro vasto mangue ficava na região entre a rua do Engenho Velho e o Rio Comprido.

Toda esta geografia desfavorável juntamente com a aglomeração de residências e pessoas na parte central da Capital do Império causava certo desconforto para as classes mais abastadas e aqueles que pensavam o Rio como cartão de visitas do

10 ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, Niterói, Vol.1,n.2, p47-57, jan./abr., 1986.. p.48.

Império. No entanto, esta preocupação não era um privilégio do Rio de Janeiro do século XIX, muitas cidades da Europa, como Londres e Paris, por exemplo, conviveram com este mesmo problema, tanto que a expressão *classes perigosas* parece ter surgido na Europa ainda na primeira metade do século XIX¹¹.

3- Paris, Londres e Rio de Janeiro: a população perigosa.

A preocupação com a multidão nas cidades de Paris e Londres está presente nos principais literatos do século XIX. O escritor francês Janin escreveu na década de 1840 que: *a Paris da noite é assustadora é o momento em que a nação noturna se põe em marcha*¹², já Edgar Allan Poe escreveu, na mesma época, sobre Londres:

(...)ao escurecer, a multidão de momento a momento aumentava e, ao mesmo tempo em que as luzes foram acesas, duas densas e contínuas marés de povo passavam apressadas(...)contemplação da cena daquele tumultuoso mar de cabeças humanas:

Além da super lotação das cidades - entre os anos de 1821 a 1851 a população de Londres duplicou - as *habitações populares* também preocupavam as classes mais abastadas. No centro de Londres, por exemplo, o bairro operário inglês *Rockery St. Giles*, com suas ruelas estreitas, sinuosas e sujas com suas inúmeras casas miseráveis e superlotadas que se cruzavam com as ruas largas e bem iluminadas das grandes mansões e parques públicos. Sobre a situação da classe operária inglesa e suas moradias Friedrich Engels escreveu em 1844:

*Um lugar chocante, um diabólico emaranhado de cortiços que abrigam coisas humanas arrepiantes onde homens e mulheres imundos vivem de dois tostões de aguardente, onde colarinhos e camisas limpas são decências desconhecidas...*¹³

11 Segundo Sidney Chalhoub, o termo *classes perigosas* só passou a ser usado no Brasil em meados da década de 1880, mais especificamente em um debate parlamentar ocorrido em 1888 e referia-se aos negros e a questão da abolição. IN: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p.20-24.

12 Janin. Um hiver a Paris. 1945 citado por BRESCIANNI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo:Brasiliense, 1982.. p.13.

13 ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora*.Citado por BRESCIANNI, Maria Stella

Na Paris da mesma época a situação não era diferente, inclusive não existia diferenciação entre homem trabalhador, pobre e criminoso, são todos os níveis da mesma degradação, tanto que Chevalier afirmou que:

*(...) a França caminha para esta miséria: Paris tem 86 mil pobres conhecidos e talvez outro tanto de desconhecidos. Os trabalhadores franceses são tão miseráveis que nas províncias onde a indústria é maior, os homens nas suas cabanas de terra não possuem nem mesmo um leito.*¹⁴

E ainda que nas cidades européias o conceito de *classe perigosa* estivesse relacionado às classes pobres trabalhadoras, sobretudo, a operária, pelo perigo em potencial, a revolta. No Rio de Janeiro, por sua vez, pela organização sócio-econômica distinta das cidades européias, as *classes perigosas* eram os brancos pobres e os negros que se aglomeravam no centro.

Entretanto, tanto em Londres e Paris quanto no Rio de Janeiro, esta aglomeração trazia outro problema, o de saúde pública. Haja vista que a grande discussão, na Europa e no Brasil durante o século XIX, foi justamente a do papel das classes mais pobres na proliferação das epidemias. Várias medidas foram tomadas, tanto nas cidades européia quanto no Rio de Janeiro a fim de sanar o problema da superpopulação dos centros e suas *habitações populares* e assim atacar as causas das epidemias que volta e meia assolavam as cidades.

No Rio de Janeiro a Câmara Municipal da Corte tinha como encargo regular a fiscalização, a economia e a urbanização da cidade, e embora não fosse um órgão autônomo, uma vez que estava subordinada ao governo imperial, organizava e votava as chamadas Posturas Municipais. Estas posturas, durante o Império, referiam-se, dentre outras questões, à urbanização (alinhamento, limpeza, higiene, iluminação, etc.), à construção de edifícios particulares, de estradas, de pontes e calçamentos de ruas.¹⁵

M. *Opus cit.* p.26.

14 Louis Chevalier. *Classes laborieuses et classes dangereuses*. Citado por BRESCIANNI, Maria Stella M. *Opus cit.* p.51.

15 MORALES DE LOS RIOS Filho, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: TopBooks;Univercidade Editora, 2000(1a . edição: 1946) p.131-132.

Em 1853, a Câmara analisou um projeto de "Regulamento dos Estalajadeiros" que lhe fora encaminhado pela Secretaria de Polícia que dizia ser importante prevenir que pessoas "suspeitas" achassem abrigo nas estalagens, cortiços, hospedarias ou hotéis a fim de evitar a desordem e outros crimes que pudessem vir a ser cometidos. A Câmara julgou ser o projeto de utilidade pública e ainda acrescentaram algumas medidas referentes à saúde pública. Ao que parece este regulamento não chegou a ser colocado em prática, porém dois anos mais tarde, um novo projeto de posturas tratando exclusivamente dos cortiços foi apresentado aos vereadores¹⁶. Este projeto vale ressaltar, propunha a proibição da construção de novos cortiços sem a licença da Câmara e da Junta Central de Higiene.

Uma década mais tarde, uma figura importante na construção da ideologia da higiene no Brasil da segunda metade do século XIX, José Pereira do Rego, o Barão do Lavradio, vereador e também presidente da Junta Central de Higiene apresentou à câmara um novo projeto de posturas relacionado aos cortiços. Em seu projeto estabelecia que fosse vedada a construção de novos cortiços nas áreas das freguesias centrais da cidade, bem como reformar os já existentes¹⁷. No entanto, somente em 1873 que surgiu a postura que determinou o seguinte: *Não serão mais permitidas as construções chamadas "cortiços", entre as praças de D. Pedro II e Onze de Junho, e todo espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e Livramento*¹⁸.

Também em Londres e Paris foram tomadas medidas que tinham como objetivo a solução do problema das *habitações populares*. Em 1830, o governo de Londres se dividia entre a chamada Corporação da Cidade e as companhias da cidade, sete conselhos de comissários para esgotos e quase uma centena de conselhos para tratar das questões urbanísticas, tais como pavimentação, iluminação, limpeza e construções, ou seja, várias autoridades tinham poder decisório sobre estas questões, o que dificultava a ação municipal¹⁹. Apenas mais

16 CHALHOUB, Sidney. *Opus cit.* p.30.

17 Idem. p.33.

18 CHALHOUB, Sidney. *Opus cit.* p.34.

19 ROSEN, George. *Uma História da saúde pública*. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/Associação brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva, 1994. p.127.

tarde, com a reforma dos governos locais, o município passou a gerir os assuntos referentes às questões urbanas. E finalmente em 1851, o Conselho Geral de Saúde enviou uma proposta, aprovada pelo Parlamento, que criava as Casas de Alojamento das Classes Trabalhadoras e as Casas de Alojamento Comum, e ainda a criação do cargo de Médico de Saúde Pública²⁰.

Já na França, a organização se dava da seguinte maneira: até o século XVIII, as cidades francesas dispunham de agências de saúde para resolver os problemas ligados à saúde pública, incluindo a questão das habitações, porém, em 1802, o departamento de polícia de Paris, responsável pela administração da saúde pública, organizou um órgão consultivo, o Conselho de Saúde.

Em resumo podemos afirmar que nas grandes cidades do mundo, Paris, Londres e Rio de Janeiro, para não citar diversas outras como Lisboa e Viena, por exemplo, enfrentaram o problema do aumento da população no decorrer do século XIX, e com isso o problema da pobreza e do medo de revoltas populares e de criminalidade, e embora as três cidades tenham suas diferenças, é inegável o fato em comum: o desenvolvimento da cidade trouxe uma nova realidade, trazendo mudanças e contradições dentro de um processo que vai, mais adiante, estabelecer as mudanças da ordem capitalista. O que a historiadora Maria Stella Brescianni chamou de um *novo sistema social*.

Nestas três capitais o pobre oferecia um perigo de contágio. No caso de Londres o contágio moral, que levaria à degradação humana, no caso de Paris o contágio social, a ameaça política²¹ e no do Rio de Janeiro, o contágio da doença, porém, em que pese às diferenças durante todo o século XIX foi discutida e criada uma série de medidas que visavam impedir que os pobres e suas habitações populares se tornassem focos de doenças e da transgressão dos costumes, e embora as duas cidades européias do início do século sejam sociedades industriais, onde os homens cultos estavam convencidos de que viviam uma nova realidade, também no Rio de Janeiro desta época os intelectuais e políticos

20 Idem. p. 168.

21 BRESCIANNI, Maria Stella M. *Opus cit.* p.54.

acreditavam estar caminhando para uma nova realidade, a transformação da cidade colonial para a cidade moderna. Ou nas palavras de José Pereira do Rego:

Entre nós, porém, força é confessar que as municipalidades(...)tem se esquecido um pouco dos melhoramentos materiais do município e do bem-estar(...)indispensáveis ao estado higiênico, parece que ainda nos conservamos muito próximos aos tempos coloniais.²²

4- A cidade Ideal: os espaços de sociabilidade da elite

No que diz respeito à vida cultural o Rio de Janeiro desde o século XVIII já se destacava e já na primeira metade deste século a população da província era superior à da antiga capital, Salvador.

Com a chegada a família Real ao Brasil, surgem a Tipografia e a Imprensa Régia, e com ela o primeiro periódico impresso, a Gazeta do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano foi criado o Horto Real, mais tarde transformado em Jardim Botânico, e no ano seguinte, foi criada a Escola Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro. Em 1810 foi inaugurada a Real Academia Militar, mais tarde Escola Central²³, onde eram ministrados cursos de Ciências Físicas e Naturais e Ciências Matemáticas, bem como cursos de engenharia geográfica, civil e de Minas. E dois anos mais tarde, foi criado o Laboratório Químico, e dois anos mais tarde, a Real Biblioteca.

Em 1818, foi criado o Museu Real de História Natural, com parte do acervo oriundo da Casa dos Pássaros²⁴, que, segundo o decreto de Dom João VI, tinha por objetivo estimular os estudos de Botânica e Zoologia, bem como, divulgar os conhecimentos e as pesquisas das Ciências Naturais do Brasil.

Em 1825 surgiu a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), que como o próprio nome indica tinha por objetivo auxiliar o desenvolvimento da indústria no País. A SAIN possuía seu próprio periódico o “Auxiliador da Indústria Nacional”, que possuía uma Seção Científica, da qual o engenheiro Luis Rafael

22 José Pereira do Rego. Citado por CHALHOUB, Sidney. *Opus cit.* p.34.

23 No ano de 1874 foi transformada em Escola Politécnica.

24 CRULS, Gastão. *A aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949. p.188.

Viera Souto era o Redator. E dois anos depois foi fundado o Observatório Imperial, apesar de somente ter sido ativado em 1871.

No ano de 1827, foi fundado o Jornal do Comércio, cuja sede se localizava na Rua do Ouvidor, este jornal publicava periodicamente diversas notícias e artigos de e sobre ciência e política.

Ainda na primeira metade deste século, em 1832, com a mudança do ensino de Medicina, foi fundada, a Faculdade de Medicina do Império, onde eram estudadas, além das matérias como Física Médica, Botânica Médica Zoologia, Mineralogia, Higiene e História da Medicina²⁵. E em 1838 foi fundado o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, sob os auspícios de Sua Majestade o Imperador Dom Pedro II.

Mais tarde em 1850, devido ao crescimento do Museu Real, foi fundada uma sociedade de História Natural, a Sociedade Vellosiana, cujo objetivo era estudar a história natural do País, cujos sócios, valer ressaltar, seriam unicamente brasileiros. A sociedade durou até o ano de 1855, quando foi substituída por outra, de mesma finalidade, denominada Palestra Científica.²⁶

No início da década de 1870 a Ciência passou a ter uma nova conotação, as Instituições Científicas, tais como o Museu Nacional, o Jardim Botânico e o Observatório se desenvolveram. Sendo que o Museu Nacional afirmou-se como centro de pesquisa e participava ativamente de Exposições e Expedições Científicas, adquirindo constantemente novas peças para seu acervo.

A partir de 1856, o Museu, começou a promover as chamadas “Conferências públicas”, e em 1863 inaugurou sua biblioteca, a partir de 1876, com a reforma feita pelo botânico Ladislao Netto, expunha periodicamente seu acervo e oferecia cursos gratuitos ministrados por seus pesquisadores. Foi também em 76, que foi publicado o primeiro número do periódico do Museu, o “Archivos do Museu Nacional”. Este periódico, que contava com publicações de cientistas nativos, e de nomes como Darwin, Quatrefages ou Turlaine, possuía seções de Antropologia,

25 FILHO, Lycurgo dos Santos. Medicina no período colonial. In HOLANDA, Sérgio B. de *História geral da Civilização Brasileira. Brasil Monárquico. Reações e transições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976. Vol.3, Tomo 2. p.470.

26 STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: artenova, p. 39

Zoologia, Paleontologia, Botânica e as chamadas Ciências Físicas, Mineralogia e Geologia²⁷.

Havia ainda os espaços que a elite carioca freqüentava para *ver e ser vista* onde eram discutidas as questões relativas à política, economia e também negócios.

Podemos destacar os seguintes espaços como os mais freqüentados, vale ressaltar que normalmente os membros da elite eram sócios de diversas instituições diferentes, o Cassino Fluminense, onde os homens se reuniam para jogar e freqüentar a sala de leitura, como nos ilustra Deodato Vilela dos Santos:

(...)se vê que a vida do Cassino Fluminense...foi brilhante e nenhuma outra sociedade recreativa terá mais belas tradições. Na sua sede social se realizaram, no longo período de 63 anos, as mais distintas festas²⁸

Outro lugar freqüentado pela elite era o Jockey Club fluminense, fundado em 1848 se tornou rapidamente o mais prestigiado clube de corridas de cavalos e sua lista de sócios era repleta de nomes importantes. Vale disser ainda que além das corridas, o Jockey também promoveu chás e exposições em sua sede no centro da cidade²⁹. Outro local de sociabilidade da elite carioca era o Teatro Lírico, fundado um pouco mais tarde, em 1871, no Largo da Carioca, e de grande importância para a vida social da cidade. Era o local para se assistir a uma refinada ópera, com as companhias famosas da Europa, e para se circular, onde a riqueza era avaliada.

O positivismo, em seus fundamentos sociológicos, teve uma penetração muito marcante neste setor da sociedade brasileira, dada a sua capacidade de fornecer argumentos e justificativas para a consolidação de algumas idéias. Juntamente com o positivismo, o evolucionismo e o naturalismo o darwinismo social serviu de base para fundamentar as teorias e as soluções propostas pelas elites. E entre os indivíduos mais contagiados por estas idéias eram os engenheiros, os militares, os médicos, os industriais e intelectuais de modo geral.

30

27 SCHAWARTZ, Lilia. M. *Opus cit.* p.71.

28 Citado por NEEDELL, Jeffrey D. *Opus cit.* p 97.

29 NEEDELL, Jeffrey D. *Opus cit.* p.99.

30 TURAZZI, Maria Inêz. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*. Rio de Janeiro :

Sandra Pesavento nos lembra, entretanto, que este ingresso na modernidade seria “filtrado” pelas condições históricas locais, é interessante ressaltar que a modernidade brasileira se deu da aclimatação do liberalismo e do progresso técnico com a escravidão, em uma espécie de entrecruzamento entre “civilização” e “barbárie”, porém, como ressalta a autora, não se tratava de contradições antagônicas e nem é antiético o surgimento do capitalismo brasileiro a partir da escravidão, são na verdade ambigüidades e especificidades *da forma assumida pelo ingresso do país no circuito internacional orientado pelo capital e pela modernidade*³¹.

A elite do Império, cosmopolita e intelectualizada, acreditava que com a introdução de máquinas, a expansão das instituições de ensino tecnológico, a adoção de elementos da cultura européia, a participação em exposições e feiras internacionais aliados ao embelezamento e saneamento de sua capital colocariam o Império rumo a tão almejada civilização. Todos estes elementos produzem um imaginário coletivo, traduzido em idéias e imagens de uma almejada sociedade global, uma vez que comporta utopias e liga-se ao processo de mercantilização da vida. Não podemos esquecer que o advento do capitalismo é o responsável pelo avanço da ciência e de sua aplicação técnica, porém, o “efeito-maravilha” também produz, novamente nas palavras de Pesavento, *sonhos sobre a realidade, tendo por base aquilo que se quer, que se gostaria que acontecesse e que se espera que um dia possa se tornar real.*³²

Berenice Cavalcante em seu artigo “Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX”, discute a relação entre o discurso da higiene e as formas de dominação e subordinação nos diferentes segmentos da sociedade carioca e de que maneira a da discussão das idéias de modernidade e progresso no final do século XIX, que passam pela

COPPE, Editora Marco Zero, 1989.p.38.

31 PESAVENTO, Sandra. O dilema da modernidade brasileira. *Quipu*. Vol.9, n.2, mayo/agosto, 1992. p.226.

32 PESAVENTO, Sandra. *Opus cit.* p.222.

higiene e reforma urbana, discutem, dentre outras coisas, a construção de um ideário de nação³³.

O debate travado na sociedade brasileira no final do século XIX revela entendimentos diversos acerca de um “processo de modernização” que precisava ser iniciado no país e na capital do Império, e tal processo passava pelo saneamento e embelezamento da cidade. As discussões sobre este tema no interior do Conselho do Império mostram claramente como a elite política carioca acreditava que havia um entendimento geral de que o Brasil precisava passar por um processo de modernização, porém, se havia um entendimento geral quanto a isso, havia discordância quanto aos meios de se chegar ao sonhado “alto grau de civilização”. Uma das estratégias de erradicação do atraso colonial em que se encontrava o Império era a de promover a limpeza e o embelezamento de sua Capital. Assim, se construindo polaridades do tipo saúde X doença, beleza X feiúra, limpo X sujo e virtude X ócio³⁴ e, evidentemente, a cidade ideal X a cidade real.

No próximo capítulo veremos de que maneira este conflito entre cidade real e cidade imaginada aqui descrito, representada pelos letrados, cientistas em suas chácaras e mansões em oposição a representada pelas doenças, os pobres e suas *habitações populares* fez com que surgisse um discurso de poder que serviu de base para uma política de controle e exclusão da população do centro da cidade calcada nos preceitos da Medicina Social e da Engenharia, e que cujo propósito era assegurar a ordem se baseando no discurso da salubridade pública. Veremos também de que maneira isso se deu não somente na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, mas também em duas das principais cidades européias.

33 CAVALCANTE, Berenice de O. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro, final do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*. Vol.1, N.1,1985, Niterói.

34 CAVALCANTE, Berenice de O. *Opus cit.* p.97.

CAPÍTULO 2

A doença da morte: as epidemias e os doutores da cidade

*Higiene Pública,
este termômetro do progresso e civilização de um povo.*

José Pereira do Rego.

Ano de manga, ano de febre amarela.

Dito popular.

1- História e Medicina: a breve história de uma história

No Brasil, a história da medicina esteve, em seus primórdios, ligada à formação dos médicos, sendo inclusive uma disciplina obrigatória do currículo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, inaugurada em 1832, e persistiu até a reforma dos currículos em 1891 feita por Benjamin Constant. A história transformou-se em matéria acadêmica na passagem do século XVIII para o XIX, quando o ensino médico foi reestruturado em diversas capitais européias e em meio à teoria do neo-hipocratismo, ainda que já estivesse ocorrendo à renovação das ciências da terra, da biologia, através da química, e da percepção das doenças, pela patologia e a fisiologia experimental ³⁵.

No final do século XIX e início do XX a história da medicina, retirada do currículo das faculdades de medicina, aproximou-se das ciências humanas. Na primeira metade do século passado floresceram, em diversos países, periódicos, associações e sociedades dedicadas exclusivamente ao estudo da história da medicina. No Brasil, destaca-se o Instituto Brasileiro da História da Medicina que chegou a organizar diversos congressos pelo país, além de editar um periódico. As narrativas, feitas na maioria das vezes por médicos, eram descritivas e de cunho positivista, e de maneira factual e cronológica exaltava o progresso e os avanços da medicina bem como seus “heróis”. Destacam-se dentro desta historiografia os clássicos, e ainda referência, as obras de Lycurgo Santos Filho, *História da*

³⁵ Cf. BENCHIMOL, Jaime L. História da Medicina e da saúde pública: problemas e perspectivas. In Ribeiro, Ana Maria et alli(org.) *Ciência em perspectiva. Estudos, ensaios e debates*. Rio de Janeiro: MAST/SBHC,2003. P.107.

Medicina Brasileira publicado em 1947, e de Pedro Nava, *Capítulos da História da Medicina no Brasil* publicado em 1948³⁶.

Também o movimento de Annales atingiu a historiografia da medicina, sendo que alguns médicos-historiadores alemães começaram a produzir, dentro da proposta de Marc Bloch, Febvre e cia., uma história da medicina não mais factual e cronológica, e sim articulada à economia, ao social e cultura. Sendo que um dos nomes mais importantes é o de George Rosen, alemão radicado nos EUA durante a segunda guerra, e que produziu em 1958 *Uma história da saúde pública* importante obra de referencia, ainda hoje entre historiadores e sanitaristas³⁷. A partir de 1970, a renovação do movimento dos Annales, a História Nova, também atingiu aos historiadores da medicina e as novas gerações de historiadores agora estudavam criticamente os mecanismos de controle dos mecanismos de controle implícitos nos discursos e nas instituições médicas, se interessavam por práticas alternativas de medicina a medicina acadêmica, e àquelas práticas oriundas dos países ditos periféricos³⁸.

No Brasil, as histórias da medicina e da ciência imbricaram-se em grande parte devido à importância dos institutos biomédicos criados na virada do século XIX para o XX tiveram no processo da instituição das ciências em geral. No Rio de Janeiro, diferentemente de São Paulo onde as pesquisas em história da medicina e saúde pública se desenvolvem, na sua grande maioria, nas Universidades, a pesquisa parece estar concentrada nas instituições científicas tradicionais, sendo uma delas a própria Casa de Oswaldo Cruz(COC-FIOCRUZ) em Manguinhos³⁹. E neste contexto destacam-se o periódico *História, Ciências e Saúde-Manguinhos* dedicado à publicação de artigos sobre história da saúde e história das ciências em geral, onde encontramos textos importantes para a discussão atual da história da medicina, como Flávio Edler, que discute sobre a medicina e as teorias médicas no oitocentos, Luís Otávio Ferreira, que discute o papel dos periódicos médicos na instituição da medicina no Brasil, dentre outros, incluindo o próprio Jaime Benchimol, que se dedica a estudar as teorias médicas e suas relações com o

36 BENCHIMOL, Jaime L. *Opus cit.* p.108.

37 Idem.p.109.

38 Id., Loc., Cit.

39 Apud BENCHIMOL, Jaime L.História da medicina... *Opus cit.* P.110.

social e o político desde início da década de 1990, todos estes autores, dentre outros, vale ressaltar, foram consultados para a confecção deste capítulo.

Mas segundo o próprio Benchimol, a história da medicina no Brasil ainda precisa ser mais estudada, sobretudo seus personagens, as instituições e as teorias que construíram as bases dos discursos médicos e higienistas. Ainda faltam, diz o pesquisador, estudos que contemplem o período colonial e também o período pós 1930, ou outras regiões do país, como norte e nordeste, por exemplo, e as instituições ao longo da história do país⁴⁰.

O que proponho neste capítulo é analisar as principais instituições de saúde pública de três das principais cidades da segunda metade do século XIX, Paris, Londres e Rio de Janeiro, bem as principais teorias a respeito de saúde e higiene, e suas origens e produtores, e tentar traçar um paralelo entre elas. Sem, contudo cair no discurso fácil do eurocentrismo, e achar que o caso do Rio de Janeiro tenha sido simples reprodutor das idéias européias, e mostrar de que maneira estas teorias circulavam, eram discutidas, combatidas -ou defendidas- pelos médicos, higienistas, intelectuais, engenheiros e políticos.

2- Prevenir é melhor do que remediar: os doutores da cidade

É difícil precisar quando exatamente as epidemias se iniciaram na Europa, mas sabemos que a preocupação com a saúde coletiva começou a se delinear, em alguns países da Europa, ainda no século XVIII, mas foi somente no final deste século e início do XIX que surgiram as primeiras teorias sobre o chamado *controle social*.

Um exemplo disto é que o termo “polícia médica” surgiu ainda no século XVII nos Estados germânicos, e ganhou força com a obra do médico Johann Peter Frank sobre o tema intitulado *System einer vollständigem medicischen Poizey* ou Sistema de uma polícia médica completa⁴¹.

40 Id., Loc., Cit.

41 ROSEN, George. *Opus cit.* p.111.

Mas se a idéia de uma política de saúde sistematizada, e levada a cabo, pelo Estado somente iria surgir no século XIX, suas bases teóricas existiam já há muito tempo. Na Inglaterra, por exemplo, em 1687, o teórico William Petty, propôs a criação de um Conselho de Saúde para Londres, além de um hospital para o isolamento de doentes, também nesta mesma época outro teórico, Conrad Behrens, sugeriu que a supervisão da saúde coletiva deveria ser dever exclusivo do Estado. O filósofo Leibniz publicou uma série de ensaios sobre o tema corroborando a idéia da criação de Conselhos de Saúde⁴², o que acabou ocorrendo na Prússia em 1685 com o estabelecimento do *Collegium Sanitaris*.

Mas foi a partir da segunda metade do século XVIII que começaram as séries de melhorias das cidades, com a derrubada de prédios que impediam a circulação do ar, o alargamento de ruas estreitas e sinuosas, substituição de prédios antigos por novos e outras melhorias em diversas cidade européias, principalmente na França e na Inglaterra⁴³, e também a criação de órgãos e leis especificamente voltados para a saúde pública.

Na Inglaterra, no ano de 1815, a taxa de mortalidade, que havia declinado no final do século anterior, voltou a aumentar, a necessidade da criação de novas autoridades competentes uma vez que as corporações municipais existentes não mais davam conta dos problemas de saúde⁴⁴. Houve então uma série de Atos de Melhoramentos propostos pelos chamados Comissários de Melhoramentos, nomeados pelo Parlamento. Estas comissões ficavam responsáveis por introduzir melhoramentos e serviços municipais, principalmente, iluminação, pavimentação e limpeza das ruas⁴⁵.

Havia ainda o Conselho de Saúde de Manchester, órgão que, criado ainda no século anterior, propunha leis e medidas para prevenir ou reduzir o avanço das doenças⁴⁶. Ou seja, na Inglaterra já havia a idéia de que os assuntos de saúde coletiva deveriam ser tratados por órgãos específicos, comissões, Conselhos e afins, designados pelo governo.

42 ROSEN, George. Opus cit p.97.

43ROSEN, George. *Opus cit.* p.122.

44 Idem. p.125.

45 Idem. p.126.

46 Id., Loc., Cit.

No que dizia respeito às *habitações populares* e seus habitantes em 1830 o governo de Londres dividiu entre a chamada Corporação da Cidade e as companhias de saúde das cidades, sete conselhos de comissários para esgotos e quase uma centena de conselhos para tratar das questões urbanísticas, tais como pavimentação, iluminação, limpeza e construções, ou seja várias autoridades tinham poder decisório sobre estas questões, o que dificultava a ação municipal⁴⁷, apenas mais tarde, com a reforma dos governos locais, o município passou a gerir os assuntos referentes às questões urbanas.

Com o avançar do século XIX, as cidades e a população cresciam, o homem da cidade era agora um *homem fabril*, e esta nova vida trouxe consigo problemas incluindo as epidemias, e com isto a necessidade de novas maneiras de prevenir e combater as doenças. Em Manchester, por exemplo, os problemas não tardaram a aparecer, uma série de febres despertou a idéias de que o ambiente das fábricas e as moradias dos operários não eram um ambiente salubre.

Isto posto, foi criado em 1843, sob a influência do relatório produzido pelo secretário da Comissão da Lei dos pobres⁴⁸, Edwin Chadwick, uma comissão de saúde denominada Comissão Real para Investigação da Situação das Cidades Grandes e Distritos populosos, apresentou dois relatórios ao parlamento, um em 1844 e outro no ano seguinte, onde propunha ao governo que tomasse para si a função de supervisionar e executar as medidas de regulamentação sanitária das cidades. E propôs ainda que em cada localidade as medidas de drenagem, pavimentação, limpeza e abastecimento de água coubessem a um único órgão competente, e ainda a mudança da regulamentação sobre a largura de edificações e ruas⁴⁹. No entanto, as medidas não foram tomadas prontamente e, entretantes, a preocupação com a saúde das cidades, sobretudo em relação à classe trabalhadora aumentava.

⁴⁷Idem. p.127.

⁴⁸ A Lei dos Pobres foi um sistema de assistência criado no século XVI e mantido, com algumas mudanças no decorrer dos séculos, até o final da 2ª Guerra Mundial. A Comissão da Lei dos Pobres da qual Chadwick fazia parte se tratou de uma Comissão Real a fim de investigar a prática e a administração da Lei, bem como propor as emendas necessárias. Cf. ROSEN, George. *Opus cit.* p.155-156.

⁴⁹ Idem p.166.

Em 1848, foi criado o Conselho Geral de Saúde Pública. O Conselho tinha poderes para estabelecer conselhos locais de saúde que cuidariam do abastecimento de água, do sistema de esgoto, da regulamentação dos cemitérios, dentre outros assuntos⁵⁰. E três anos mais tarde o Conselho Geral de Saúde enviou uma proposta, aprovada pelo Parlamento, que criava as Casas de Alojamento das Classes Trabalhadoras e as Casas de Alojamento Comum, e ainda a criação do cargo de Médico de Saúde Pública⁵¹.

Mas apenas em 1869, com a nomeação da Comissão Real⁵², finalmente foi organizada a administração sanitária na Inglaterra. Esta Comissão foi criada justamente para tentar resolver os problemas referentes à organização dos órgãos de saúde pública pois com a saída de Chadwick foram criados e extintos diversos órgãos e comissões que em nada, ou em muito pouco, contribuíram para a solução dos problemas das epidemias e da insalubridade na Inglaterra.

Mas voltando à Comissão Real, em 1871 esta recomendava em seu relatório a criação de um departamento que unisse a administração da Lei dos Pobres e da saúde pública, em outras palavras, todas as funções referentes à saúde exercidas por órgãos do governo passariam para este departamento⁵³. A Comissão Real também propôs, neste mesmo relatório, a criação de uma legislação geral de saúde pública além da uniformização das repartições sanitárias locais. E em 1875, com a aprovação do Ato de Saúde Pública deu pela primeira vez uma uniformidade nacional à administração da saúde pública inglesa⁵⁴. O Ato dividiu o país inteiro em distritos sanitários, urbanos e rurais, supervisionados pelo Conselho do governo local, no caso o município⁵⁵. A partir daí o problema de saúde pública na Inglaterra passou a ser um problema a ser efetivamente resolvido pelo Estado.

Já nas cidades francesas possuíam até o século XVIII as agências de saúde, os *bureau de santé*, para enfrentar os surtos epidêmicos, mas em 1802 foi

50 ROSEN, George. *Opus cit.* p.168.

51 Idem. p. 168.

52 Idem. p.175.

53. d., Loc., Cit.

54 Id., Loc., Cit.

55 Id., Loc., Cit.

organizado o Conselho de Saúde de Paris, de início composto por quatro membros aumentando seu número gradativamente. O Conselho tinha como função analisar e apontar as possíveis soluções para os problemas sanitários. Entre suas atribuições estavam a higiene dos mercados, dos banheiros públicos, dos esgotos e fossas, das condições sanitárias dos presídios, saúde das fábricas e, por fim, as epidemias⁵⁶.

À medida que a industrialização avançava e incidia sobre a vida urbana, outras cidades criaram Conselhos semelhantes, Marselha, por exemplo, criou o seu em 1825 e Nantes em 1828. Em alguns departamentos criaram-se conselhos distritais, mas nada em nível nacional. Até que em 1822 o governo francês criou um Conselho Superior de Saúde a fim de aconselhar o ministro do comércio nas questões sanitárias, e estabeleceu um sistema nacional de saúde pública⁵⁷.

Assim como na Inglaterra, a partir de 1830 a população começou a aumentar, os efeitos da industrialização e a mudança nas cidades, agora densamente povoadas e insalubres e com suas *habitações populares*, trouxeram consigo uma série de problemas sanitários e urbanos. Então em 1841 um grupo de sanitaristas começou uma série de inquéritos e estudos estatísticos sobre as condições de vida dos trabalhadores e nas comunidades urbanas.

A figura de maior destaque neste movimento sanitarista foi Louis René Villermé, que desenvolveu um extenso relatório a respeito das condições de saúde dos trabalhadores fabris intitulado *Table de l'État Phhysique et moral des Ouvries Employés dans les Manufactures de coton, de laine et de Soie*. Em 1848 o governo criou outra lei que estabeleceu uma rede de conselhos locais de saúde pública que permaneceu até o período de Napoleão III, durante o qual aconteceu a reforma da cidade de Paris, por Georges Eugène Haussman, prefeito da cidade de Seine.

O programa de reformas implementado por Haussman durou de 1853 a 1870, e era baseado na série de reformas implementadas por Edwin Chadwick na Inglaterra, tinha três objetivos principais: primeiro era substituir ou adaptar, as ruas estreitas e congestionadas por um sistema de circulação preciso e bem

⁵⁶ ROSEN, George. *Opus cit.* p.133.

⁵⁷ Id., Loc., Cit.

orquestrado - e para isto foram elaborados três planos, em um dos planos, a cidade era cortada pelo grande cruzamento de duas avenidas perpendiculares, em outro, vias radicais expressas permitiam a ligação entre os subúrbios e o centro, e no terceiro a aglomeração seria aliviada pela construção de bulevares circulares que possibilitaria a ligação entre os subúrbios sem passar pela parte central da cidade⁵⁸, segundo era aliviar o centro das populações operárias, que vivam aglomeradas e em locais pouco salubres e terceiro, embelezar a cidade, mandando para isso reformar ou construir edifícios públicos imponentes e a construção de parques londrinos⁵⁹.

Era o primeiro exemplo de como transformar uma cidade antiga e insalubre em uma capital higiênica, prática e moderna. Outras cidades acabaram por seguir o exemplo como Viena, Alemanha e Lisboa. O impacto das obras de Haussman em Paris pode ser observado no mapa abaixo.



Mapa 260

58 NEEDELL, Jeffrey D. *Opus cit.* p.51.

59 Id., *Loc., Cit.*

60 NEEDELL, Jeffrey. *Opus cit.* p.51.

Para Michel Foucault⁶¹, a medicina urbana com seus métodos de vigilância, de hospitalização, etc., não é mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da Idade Média. A higiene pública, por sua vez é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve, sobretudo, na França e fincará raízes profundas no Brasil.

Um dos principais objetivos da medicina urbana é justamente analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos.

A medicina urbana tem um novo objeto: o controle da circulação. Não da circulação dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar. Era uma velha crença do século XVIII que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamente por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. Crença esta que, como veremos mais detalhadamente nos outros capítulos, que irá guiar os planos de reforma da cidade do Rio de Janeiro no final do XIX. E como manter as qualidades do ar em uma cidade, fazer com que o ar seja sadio, se ele existe bloqueado impedido de circular, entre os muros, as casas, os recintos? Abrindo longas avenidas no espaço urbano, para manter o bom estado de saúde da população.

Foucault nos explica ainda que salubridade não seja a mesma coisa que saúde. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social

61 FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Graal, 1996.

francesa - é o controle político-científico deste meio e importada, como veremos, por nossos higienistas no Império.

3- As instituições de Medicina e Saúde Pública no Brasil:

No Brasil, deste meados do século XVI até 1782, ano da criação em Lisboa da Junta do Protomedicato, tudo o que se referia à saúde e fiscalização do exercício da medicina e da farmácia, além do comércio de drogas, eram de competência dos Comissários, ou Delegados, do Físico-mor do Reino. E a fiscalização da prática cirúrgica ficava a cargo do Cirurgião-mor do Reino⁶².

A partir do século XVIII a autoridade do físico-mor e do cirurgião-mor se estendeu ao Brasil através da nomeação dos Comissários de Saúde sediados nas principais cidades e vilas. Estes Comissários deveriam ser, de acordo com o regimento de 1744, médicos aprovados pela Universidade de Coimbra, e apenas aqueles nomeados por Portugal poderiam delegar a prática médica, incluindo cassar diplomas e licenças e fechar boticas⁶³.

Com o estabelecimento da Corte, em 1808, no Rio de Janeiro possibilitou a fundação das escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, e pouco a pouco os físicos e cirurgiões passaram a ser formados nestas duas escolas⁶⁴. Os primeiros cursos a serem instalados foram de cirurgia, e seguiam os moldes do curso existente no Hospital São José em Lisboa.

A Escola do Rio de Janeiro, chamada Escola anatômica, cirúrgica e médica do Rio de Janeiro, funcionou no Hospital Militar no Morro do Castelo até 1813 quando foi transferida, a exemplo da Escola da Bahia, para a Santa Casa da Misericórdia, com a denominação de Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro⁶⁵.

Alguns anos mais tarde, em 1832 uma Comissão de membros da Sociedade de Medicina, de 1829, Sociedade esta que seria em 1835 “oficializada” com o

62 SANTOS FILHO, Lycurgo dos. Medicina no Período colonial Holanda, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Monárquico*. São Paulo: Difel,S/D.

SANTOS FILHO, Lycurgo dos. *Opus cit.* p.259.

63 SANTOS FILHO, Lycurgo dos. *Opus cit.* p.270.

64 Idem. p.467.

65 Idem. p.468.

nome de Academia Imperial de Medicina⁶⁶, elaboraram um projeto de reforma do ensino médico no qual as antigas Academias passaram a Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro⁶⁷. O curso foi reformulado e ampliado com a inclusão de dois novos cursos, além do de medicina evidentemente, o de Farmácia e de Partos, seguindo os moldes da Faculdade de Paris⁶⁸.

No que diz respeito à higiene e saúde pública eram, antes do século XVIII, atribuições do físico-mor e do cirurgião-mor. E até meados do século XIX ficava a cargo das Câmaras Municipais, sendo que a saúde dos portos ficava a cargo de uma provedoria. Com a extinção em 1831 dos cargos de físico e cirurgião as Câmaras passaram também a inspecionar as boticas, o comércio de drogas e gêneros alimentícios, além de promover a limpeza pública. Em 1829 foi criado, para este fim, os códigos de posturas.

A Câmara Municipal da Corte tinha como encargo regular a fiscalização, a economia e a urbanização da cidade, e embora não fosse um órgão autônomo, uma vez que estava subordinada ao governo imperial, organizava e votava as chamadas Posturas Municipais. Estas posturas, durante o Império, referiam-se, dentre outras questões, à urbanização (alinhamento, limpeza, higiene, iluminação, etc.), à construção de edifícios particulares, de estradas, de pontes e calçamentos de ruas.⁶⁹

E em 1832, com as reformas das Faculdades de Medicina e dois anos mais tarde a criação da Academia de Medicina, começa o entrelaçamento entre o Estado e um grupo até então não muito prestigiado, os médicos, sobretudo os médicos higienistas, em um momento de crescimento populacional e urbano, onde começa a se pensar sobre o ordenamento dos espaços⁷⁰. A própria Sociedade de Medicina, depois Academia, tinha ainda em sua fundação o *dever de comunicar as autoridades competentes pareceres sobre a hygiene pública*⁷¹.

66 COELHO, Edmundo Campos. *Opus cit.* p.124

67 SANTOS FILHO, Lycurgo. *Medicina no período...* *Opus cit.* .p.470.

68 Idem. p.470.

69 MORALES DE LOS RIOS Filho, Adolfo. *O Rio de Janeiro...* *Opus cit.* p.131-132.

70 COELHO, Edmundo Campos. *Opus cit.* p.112.

71 NASCIMENTO. Alfredo. *Centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.1829-1929.* citado por COELHO Edmundo Campos. *Opus cit.* p.119.

A Academia de Medicina acabou por tomar o lugar da fisicatura no monopólio das questões de saúde, era um órgão altamente repressivo, inclusive solicitou várias vezes uma lei rigorosa de saúde pública e a instituição de uma autoridade médica, nos moldes inclusive da Fisicatura⁷². Tanto que no ano de 1846 um dos membros da Academia apresentou um projeto no qual criava um Conselho de Saúde Pública, uma autoridade superior formada por quatro médicos e dois farmacêuticos, todos, obviamente sócios da Academia. As atribuições deste Conselho eram de regular e fiscalizar tudo o que se referia ao ensino e prática da medicina, como fiscalizar a prática médica, verificar a habilitação dos médicos, e verificar as matrículas nas Faculdades, e ainda superintender a polícia médica e a higiene pública em todos os lugares, e também inspecionar e fiscalizar hospitais, boticas, cemitérios e os demais estabelecimentos de alimentos⁷³. Este projeto também tomava para o Conselho atribuições que competiam as Câmaras Municipais, como exigir das autoridades públicas as providências necessárias para a limpeza e conservação de aquedutos, ruas, praças e demais locais públicos e ainda ao Conselho caberia a função de regular o preço dos medicamentos. E por fim, teria o poder de fiscalizar e promover a execução das leis de saúde bem como aplicar a punição aos transgressores⁷⁴

Entretanto, com a epidemia de febre amarela de 1849 o quadro se modificaria totalmente. Segundo José Pereira do Rego, o Barão do Lavradio, a Academia Imperial de Medicina foi informada, ainda em janeiro do ano posterior, pelo médico alemão Robert Lallemand de que havia uma forte suspeita de que havia doentes de febre amarela internados na Santa Casa⁷⁵.

Lallemand preocupado com os sintomas que apresentaram dois pacientes internados no hospital, *cor amarelada das conjuntivas e da pele, vômitos fortes de líquidos escuros, soluços e hemorragias*⁷⁶, procurou, através de investigação, o

72 Idem. p.128..

73 Idem. p.131.

74 COELHO, Edmundo Campos. *Opus cit.* p130.

75 RIBEIRO, Lourival. *Opus cit.* p.80.

76 LALLEMANT, Dr. Roberto. Observações acerca da epidemia de febre amarela do ano de 1850 no Rio de Janeiro. Citado por RIBEIRO, Lourival. *Opus cit.* p.80.

foco da doença que o levou a hospedaria de um americano conhecido por Frank⁷⁷.

A Academia Imperial de Medicina nomeou então uma comissão, que acabou por produzir um relatório muito cauteloso, sobre isto relatou José Pereira do Rego:

A academia, então consultada pelo governo sobre os fatos referidos pelo Dr Lallemand, e que haviam sido levados ao seu conhecimento pela administração da Santa Casa da Misericórdia respondeu pelo órgão de sua comissão nomeada para representar um parecer a respeito.⁷⁸

De fato a Academia comportou-se de maneira hesitante diante do fato de que havia, sem sombra de dúvida, uma epidemia de febre amarela, e por esta razão o número de doentes só fazia aumentar. Apesar disto a Academia recomendou apenas medidas preventivas como: quarentena e a remoção e isolamento de doentes para locais distantes dos centros urbanos. E diante do parecer favorável da Academia o relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1849 tratava o aparecimento da febre amarela como uma *doença passageira* (apenas) *agravada pela irregularidade da estação*⁷⁹. Esta hesitação em reconhecer que havia uma epidemia somente agravou o quadro, e além da epidemia de febre amarela, houve uma epidemia de varíola no mesmo ano de 1850. O governo diante do quadro cada vez mais alarmante da doença acabou por nomear, no ano de 1849, uma comissão composta pelos médicos Cândido Borges, Manoel Pimentel, Francisco Xavier Sigaud e o próprio Pereira do Rego, dentre outros⁸⁰, primeiramente denominada Comissão de Saúde Pública e mais tarde Junta de Higiene e finalmente, Junta Central de Higiene. E no ano seguinte, foi criada também uma Comissão de Engenheiros, dentre os quais Jerônimo de Moraes Jardim, membro da Comissão de Melhoramentos, fazia parte, para tentar solucionar o problema aonde a Academia havia falhado⁸¹.

77 Idem. p.81.

78 REGO, José Pereira do. *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Citado por RIBEIRO, Lourival. Idem. p.81

79 BRASIL. Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1849. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1950. p.9.

80 RIBEIRO, Lourival. Opus cit. p.84.

81 A Academia Imperial de Medicina não tardou em expressar seu descontentamento em relação

Além da Junta Central de Higiene, outro órgão importante para tratar as questões da saúde da população foi o Instituto Vacínico criado em 1846, a partir da reformulação da Junta da Instituição Vacínica, criada ainda em 1808, cujo objetivo era conduzir a vacinação contra a varíola por todas as províncias⁸², a vacina antivariólica surgiu no final do século XVIII e resultou das experiências de Edward Jenner sobre a varíola⁸³.

A partir de 1840 as ações por parte do Estado no que dizia respeito aos assuntos da higiene tiveram que ser mais enérgicas devido a necessidade de resposta rápida para as epidemias, e embora a primeira epidemia de febre amarela tenha sido em 1849, a varíola já era antiga conhecida. A reforma do Instituto de 46 determinou a centralização dos serviços na mão do governo Imperial e este por sua vez atribuiu as localidades a responsabilidade pela execução e financiamento das questões relativas à saúde, e quanto a vacinação propriamente caberia ao governo central a coordenação e fiscalização dos serviços a serem executados nas províncias, custeado, porém, pelos governos municipais, o que se mostrou ineficaz ao longo do tempo. Finalmente em 1851 o Instituto foi incorporado à Junta de Higiene.

4- A Junta de Higiene e a teoria dos miasmas:

Assim que foi criada, ainda no ano de 1849 a Junta de Higiene era, primeiramente, dividida entre as diversas freguesias do Rio de Janeiro. E já ano seguinte foram criadas as Comissões Paroquiais, que segundo o Aviso de 14 de fevereiro de 1850, deveriam se reunir periodicamente em sessões na subdelegacia de sua paróquia, e o próprio subdelegado deveria presidir as sessões, as freguesias deveriam ser divididas em distritos e cada comissão, através de seu representante designado para cada distrito deveria fiscalizar e comunicar à Comissão quando ocorresse um surto epidêmico. As Comissões Paroquiais também deveriam prestar auxílio aos doentes e encaminhá-los para o tratamento,

a Junta, criticando seus relatórios e sua utilidade, entretanto, a própria Academia não conseguiu formular um projeto de saúde pública e com isto foi gradativamente perdendo seu prestígio para a Junta. Cf. COELHO, Edmundo Campos. Opus cit. p.133-138.

82 RIBEIRO, Lourival. Opus cit. p.158.

83 FERNANDES, Tânia. Opus cit. p.17.

além de fiscalizar junto à polícia, os lugares infectados⁸⁴. A Junta teve como primeiro presidente o professor da Faculdade de Medicina, Paula Cândido, sucedido depois por Pereira do Rego, quando passou a se chamar Junta de Higiene Pública.

Como medidas a serem tomadas de imediato a Junta de Higiene recomendou que fosse fundado um hospital em Jurujuba para que o tratamento dos doentes fosse feito pela comissão, um plano de nivelamento da cidade, tendo como essencial à reformulação do sistema de esgotos, que fosse revisto o destino dos dejetos das casas, procedesse a limpeza das praias, ruas e cães e recolhimentos dos mendigos. E fosse ainda feita uma rigorosa inspeção dos portos.⁸⁵ No primeiro relatório como Junta Central de Higiene, publicado em anexo no Relatório Ministerial de 1851, é fácil notar a teoria que guiava os médicos liderados por Pereira do Rego, uma vez que o relatório coloca da seguinte maneira:

Não havendo ocorrido phenomeno algum notavel e geral que explicasse esta epidemia, forçoso he procurar sua causa efficiente na meteorologia (...)que a acção direta do calor sobre a economia, alguma modificação nociva imprimisse a mudança meteorologica ás agua.⁸⁶

No relatório do ano seguinte, a teoria dos miasmas fica ainda mais evidente o que pode ser observado no trecho abaixo:

Nos ultimos mezes de 1851 apenas o sol se aproximava do tropico austral, elevando a temperatura do nosso hemispherio, as causas da febre amarella...⁸⁷

⁸⁴ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro(José da Costa Carvalho). Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1849. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850. p.16.

⁸⁵ Idem.p.32.

⁸⁶ BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro(José da Costa Carvalho). Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1850. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851.. Anexo F.p.4.

⁸⁷BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro(José da Costa Carvalho). Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1850. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851.. p.4.

E logo a seguir, no mesmo relatório, Paula Cândido prossegue afirmando que:

(...)a observação e a experiência me permitirão avaliar ácerca da febre amarella durante os dois últimos anos, inspirão-me huma quase convicção de que a communicação da febre amarella de hum para outro individuo, de hum para outro paiz não se effectua pela infecção directa(...)o contato ou visinhança de substâncias a decomposição dá origem ao miasma produtor da febre amarella(...) e sem esta decomposição entermedia não há transmissão.⁸⁸

E sobre a epidemia de cólera que já estava atacando alguns países da Europa o relatório da Junta se mostrou tranqüilo ao afirmar que dificilmente a doença chegaria ao hemisfério sul pois:

(...)os ventos geraes do hemispherio Norte sendo na direcção de NE e SO e os do hemispherio sul na direcção de SO...a troca de ar de hum para outro hemispherio limita-se pois á mui pequena prporção.⁸⁹

O “ar colérico” não atingiria as costas brasileiras. No entanto, os prognósticos estavam errados e no ano de 1855 a cólera chegou ao país, e durante toda a década a cidade sofreu com os surtos epidêmicos de febre amarela, cólera e varíola. Depois de uma década relativamente calma, a de 1860, em 1870 o problema voltaria, uma nova epidemia de cólera e febre amarela irrompeu na cidade, com um saldo considerável de mortos.

O relatório do Ministério dos negócios do Império de 1872 dá conta de que, o total de mortes por doenças contagiosas, dentre elas a febre amarela e a cólera, foram de 10.214, em 1870, 9.545, em 71 e 10 338 em 72, além da epidemia de varíola em junho de 1872. E destaca ainda o relatório que somente de febre amarela, no período de dezembro de 71 a março de 72, foram 3.128 mortes⁹⁰. No ano de 1873 a epidemia de febre amarela voltou com força total, tanto que o

⁸⁸ Idem.p.8.

⁸⁹BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro(José da Costa Carvalho). Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1850. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851.p.9.

⁹⁰ BRASIL. Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1871. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1872. p.14/15.

Presidente da Junta de Higiene, José Pereira do Rego, em um ofício de setembro de 1873 indica uma série de medidas *emergenciais* para a salubridade da capital, dentre as quais, proceder com regularidade a limpeza pública, fazer desobstrução dos riachos e valas, remover o lixo e as *imundices* e ainda:

Fazer com que haja a maior fiscalização sobre o estado dos cortiços, obrigando seus donos e locatários a conserva-los com o asseio possível e caiados...Marcar a lotação para cada cubículo, não consentindo que habite em qualquer delles maior número de pessoas que permite a sua capacidade, para evitar a aglomeração prejudicial que hoje se dá.⁹¹

Foi justamente no início desta década que João Alfredo Correia de Oliveira foi escolhido para Ministro dos Negócios do Império. E com João Alfredo a Junta de Higiene teria mais poder ainda, pois seria dela toda a orientação teórica para os planos de reestruturação urbana e de saúde pública. A teoria ainda é a dos miasmas como podemos observar neste relatório da Junta de Higiene de 1875, que inclusive coloca as epidemias como cíclicas em que se alternam os anos *epidêmicos* com anos mais *favoráveis*⁹²:

Este facto(*febre amarela*)parece explicar-se de algum modo pelas condições meteorologicas e atmosfericas dominantes, si se tiver em attenção a regularidade com que correram as estações no primeiro semestre por quanto o calor intenso do dia seguiam-se noites frescas(...)acompanhadas de chuvas torrenciais espaçadas que lavavam as ruas, quintaes e cortiços(...)neutralizando por este modo os effeitos nocivos das exalações miasmaticas.⁹³

O estabelecimento de uma medicina que iria tratar não somente a população, mas a cidade, e o movimento que se iniciou ainda na década de 1850 da disciplina do espaço urbano vai se institucionalizar e o discurso da cidade sem

91 REGO, José Pereira do. Ofício do Presidente da Junta Central de Higiene Pública sobre as providências necessárias para a salubridade da Capital do Império. BRASIL. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1872*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873. Anexo F. p.1.

92 BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro(José da Costa Carvalho). Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1874. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.p.10.

93 Idem.p.13.

planejamento e método aliado às habitações insalubres agravadas pelas condições do clima, calor e umidade, e da geografia, pântanos e morros como os causadores dos “miasmas mórbidos”, se cristalizou e tomou força e na década de 1870 infiltrou-se no senso comum da elite carioca que passou a defender com todas as forças os melhoramentos para a capital do Império.

CAPÍTULO 3

Cidade civilizada: A Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro.

*Por aviso de 27 de maio último...
plano geral para alargamento e rectificação de várias ruas desta capital(...)
com o fim de melhorar suas condições higienicas e facilitar a circulação(...)
dando ao mesmo tempo mais belleza e harmonia às suas construcções.*

Primeiro relatório da Comissão de Melhoramentos.

Não obstante a febre amarela, que há alguns anos aqui fixou domicílio. O Rio de Janeiro é hoje a primeira cidade da América do Sul.

Adolphe d'Assier, viajante europeu, em 1867.

1- O retorno da história política e da biografia:

No mundo ocidental a historiografia do século dezenove se constituiu tradicionalmente em torno do campo política, mais especificamente centrada na formação e desenvolvimento dos Estados Nacionais. Ao lado desta historiografia nacionalista, e na maioria das vezes relacionada a ela, havia a história dos “grandes homens”. No que diz respeito ao estilo do discurso a historiografia tendia a ser narrativa e pouco analítica, sendo, portanto, uma narrativa linear. Esta narrativa linear se organizava em torno do ponto de vista do poder instituído e a história, por conseguinte tendia a ser uma “historia institucional.” No século vinte, sobretudo a partir de 1930 instalou-se uma nova tendência que foi se tornando cada vez mais preponderante, o chamado movimento dos *Annales* ou *École des Annales*⁹⁴ que com suas novas formulações marxistas e novas propostas historiográficas e metodológicas, consolidou um novo tipo de história que passou a ser denominada “história-problema”, no sentido de se tornar uma história

94 “Ainda que esta denominação de Escola” seja questionada por alguns autores, François Dosse em seu livro *História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

construída em torno de hipóteses e análises de profundidade em oposição da história meramente factual e/ou descritiva. Ao historiador impunha-se agora não apenas descrever as sociedades passadas, mas sim analisa-las, compreende-las e decifra-las⁹⁵.

O “problema” passou a ser um recorte que deveria ser feito necessariamente no tema conforme os novos parâmetros da própria disciplina histórica. Ao lado disto, o pensamento historiográfico passou a ser cientificamente conduzido por hipóteses e não pela narrativa. Levantar questões tornou-se a partir de então uma dimensão fundamental para este novo tipo de história, e com este movimento reconheceu-se na história a existência da pluralidade de perspectivas possíveis, e passou-se a falar de uma “história vista de baixo”, uma história que se contempla as massas em oposição ao “grande homem”.

Acompanhando estas novas tendências os domínios da história se ampliaram para os mais diferentes âmbitos, da cultura material até as mentalidades. Tornando-se interdisciplinar a história incorporou as abordagens de outras disciplinas como a antropologia, a lingüística, a psicanálise e as ciências sociais, ampliando ainda mais a sua disponibilidade temática. Permitiu ainda ao historiador propor novos temas de estudos que possibilitaram a incorporação de novas fontes documentais, alargando assim o conceito de fonte histórica: a iconografia, os números estatísticos e a pictografia passaram a ser tratados como documentos.

Segundo Maria Helena Capelato, o esgotamento das experiências revolucionárias na década de 1970 fez com que o conformismo e a moderação se apresentassem como alternativa aos projetos de revolução e movimentos de contestação radicais⁹⁶, e a visibilidade das políticas de cunho totalitário no mundo socialista, aliada as crises econômicas acabou por provocar

95 BARROS, José D’Assunção. *O campo histórico. As especialidades e abordagens da História*. Rio de Janeiro: Celta, 2002.

96 CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, 1996. p.1.

uma “crise de modelos” e em consequência disto a situação ideológica tendeu à direita. Na realidade, fatos como a queda do mundo de Berlim e a desestruturação da URSS foram festejados, em um primeiro momento, como a vitória da democracia, porém, as dificuldades advindas dessas mudanças logo mostraram uma realidade bastante diferente.⁹⁷ O ressurgimento de movimentos nacionalistas, regionalistas, localistas, com caráter religioso ou étnico causaram perplexidade entre os historiadores que consideravam estas alternativas definitivamente encerradas. E no chamado terceiro mundo as dificuldades e impasses se multiplicam devido, sobretudo, ao brutal choque da crise econômica mundial iniciada em meados da década de 1970⁹⁸. No Brasil, especificamente, a reordenação da economia mundial não trouxe benesses e sim o agravamento da dívida externa, da inflação, concentração extrema de riqueza e conseqüentemente o agravamento da desigualdade social, miséria e violência, e ainda em que pese a transição do regime autoritário para o democrático que trouxe o duplo desafio de se conciliar a democracia com a crise econômica.⁹⁹

Todos estes fatos acabaram por pressupor um conhecimento mais aprofundado do político, pois se na década de 1960 produziu um tipo de revisão historiográfica que privilegiou os estudos sobre os movimentos sociais, grupos minoritários e cultura, os anos 80 fez as atenções se voltarem para a história política, porém, de uma maneira renovada, buscando, também, novas fontes e objetos de estudo, como coloca Maria Stella Bresciani¹⁰⁰ a historiografia renovada permite tecer as tramas mais complexas e nuançadas das lutas políticas.

Esta renovação motivada pelos acontecimentos que nos surpreenderam no final do século passado exige que o historiador procure novos ângulos de análise e reflexão aprofundada sobre o passado, e neste sentido, observou-se uma volta ao tema político e do retorno da biografia, antes considerada como a epítome

97 Idem. p.1

98 Idem.p.2.

99 Id.,Loc., Cit.

100 Apud CAPELATO, Maria Helena R. *Opus cit.* p.2.

da história dita tradicional, mas não de modo apologético destacando as “virtudes” e “qualidades” do biografado, e sim fazendo o que Pierre Bourdieu nos aponta em seu *Ilusão biográfica* reconstruir a superfície social em que age o indivíduo, que é na realidade uma pluralidade de campos a todo instante.¹⁰¹

Segundo Pierre Levillan, o fim dos anos 70 marcou o florescimento da biografia na França, sendo que na Academia já havia sido “reabilitada” uma década antes, na realidade, nos lembra Levillan, a biografia e a história durante muito tempo mantiveram relações de alternativa e não de hierarquia ou complementaridade, e este debate tem raízes na dissociação entre biógrafo e historiador fixada ainda na historiografia grega que situava a história do lado dos acontecimentos coletivos e a biografia como a análise dos fatos e gestos de um indivíduo e que cujo sentido era dado pelo autor. A divisão se dava da seguinte maneira: curtas notícias biográficas podem caber podiam entrar na história, mas a história jamais caberia inteira em uma biografia.¹⁰²

Os célebres Pierre Nora e Jacques Le Goff destacaram em 1974 no igualmente célebre texto *Faire de l'histoire* a insuficiência metodológica de um gênero situado nas fronteiras da literatura e da história e por esta razão encontravam-se fora do campo histórico¹⁰³. Entretanto, o próprio Le Goff alguns anos mais tarde no início da década de 80, já sinaliza em seu artigo *Saint Louis a-t-il existé?* uma mudança de opinião uma vez que, segundo o historiador, negar a importância da biografia para a História é: *ignorar que Lucien Febvre escreveu Luther, e que a grande tese de Fernand Braudel sobre Felipe II e o mediterrâneo é também, à sua maneira, uma biografia*¹⁰⁴.

Já em 1989 Le Goff retorna ao assunto ao defender o que ele chama de Nova Biografia Histórica, onde o biografado não é mais visto à maneira de Plutarco

101 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(org.) . Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro :FGV,1998.

102 LEVILLAN, Pierre. Os protagonistas: Da biografia. In:REMOND, Réne(org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro:UFRJ/FGV editoras, 1996. p.145.

103 Jacques Le Goff e Pierre Nora citados por LEVILLAN, Pierre. *Opus cit.* p.142.

104 Apud LEVILLAN, Pierre. *Opus cit.* p.143.

e sim como um indivíduo pertencente à uma determinada época histórica¹⁰⁵, fugindo da tradicional biografia superficial, cronológica e anedótica buscando de onde veio este homem, onde ele estudou, quais as suas relações sociais e pessoais, dentro de que contexto histórico e cultural e quais idéias defendia e acreditava, portanto, corroborando com o que Bourdieu havia já sinalizado em seu artigo *Ilusão biográfica* três anos antes. Bourdieu, entretanto, vai além e propõe a noção de *trajetória* - ou envelhecimento social-, como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente(ou grupo) num espaço que é um devir, e assim sujeito a constantes transformações.

Nesta mesma época Giovanni Levi propõe, a partir dos conceitos propostos por Bourdieu, a seguinte tipologia para se abordar o gênero biográfico:¹⁰⁶

2- *biografia e contexto*: Neste tipo de utilização a biografia conserva sua especificidade, tratar de um indivíduo singularmente, porém, a época, o meio e a ambiência devem ser valorizados como fontes capazes de caracterizar uma atmosfera que explicitaria a singularidade das trajetórias, não se tratando de reduzir as condutas à comportamentos típicos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto.

3- *biografia e casos extremos*: Neste caso o contexto não é percebido em sua integridade e em dados estatísticos e sim por meio de suas margens, faz-se na realidade o movimento em sentido contrário, as biografias são utilizadas para esclarecer o contexto, a exemplo da história do moleiro da idade média contada por Carlo Gizburg em “O queijo e os vermes”, que se trata da análise da cultura popular através de um caso extremo.

4- *biografia e hermenêutica*: Esta abordagem antropológica torna

105 LE GOFF, Jacques. Comme écrire une biographie historique aujourd’hui. *Le débat*. Paris, n.54, p.48-54, mars/avril., 1989. p.50.

106 LEVI, Giovanni. Usos da biografia. RÉMOND, René(org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. pp.174-177.

significativo o ato interpretativo e neste caso, o material biográfico torna-se intrinsecamente discursivo.

E finalmente, *biografia modal ou proposografia*, neste caso a biografia individual somente desperta interesse por ilustrar comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais freqüentes. Na segunda parte deste capítulo utilizarei as propostas destes 3 autores-Le Goff, Bourdie Levi- para tentar analisar, através de dados biográficos de quatro personagens, o Conselheiro do Império João Alfredo, os engenheiros imperiais Jeronimo de Moraes Jardim e Francisco Pereira Passos e do também engenheiro, embora não fosse engenheiro do governo imperial, André Rebouças(mostrar aquilo que Pierre Bourdie chamou de “relação entre *habitus* de grupo e *habitus* individual”¹⁰⁷) como os agentes de que nos fala Bourdie, objetivando construir a superfície social em que se desenrolaram estas trajetórias.

2- João Alfredo e os projetos de Melhoramentos:

João Alfredo Correia de Oliveira nasceu em Pernambuco em 1835, e ocupou o cargo de deputado desta província de 1856 a 1860, perdendo a cadeira com a subida do Gabinete de Zacarias de Gois. Voltou à política no final da década de 1860, sendo nomeado Presidente da Província do Pará, tendo sido antes disto Deputado Geral e Senador. E finalmente em 1870 foi nomeado Ministro dos Negócios do Império¹⁰⁸.

Durante o período que permaneceu no cargo apresentou diversas propostas no sentido de melhorar as condições de higiene e saúde do Rio de Janeiro, dentre os quais, o ajardinamento do Campo da Aclamação, o decreto para a derrubada do Morro do Castelo e o projeto de melhoramentos para a cidade.

O artigo publicado em 1946 na Revista do IHGB, intitulado *João Alfredo e a remodelação do Rio de Janeiro*, da autoria de Pedro Muniz de Aragão, coloca que João Alfredo, durante seus mandatos em Recife e Belém, teria se interessado pela

107 Pierre Bourdieu citado por LEVI, Giovanni. *Opus cit.*P.174.

108 BLAKE, Sacramento. *Dicionário Biobibliográfico*. 7 Vols.

primeira vez pelos problemas de saneamento e higiene ao ter tido contato com as obras feitas nestas cidades¹⁰⁹.

De fato, na época em que ocupou o cargo de Presidente do Pará e de Deputado em sua terra natal, observou as obras de melhoramento das cidades comandadas pelo seu antecessor, Jerônimo Coelho em Belém, e os planos do Conde de Boa Vista, Francisco do Rego Barros, em Recife.

O Conde de Boa Vista, ainda na década de 1830, chamou o engenheiro alemão, residente no Brasil, João Bloem, e, ao nomeá-lo sargento - mor dos engenheiros de Recife, solicitou a formulação de um plano de reformas para a cidade, como se observa no seguinte trecho da nomeação do engenheiro:

*... que inspeccione, e se incumba zeloso da Architectura da Cidade, geral, e particularmente, levantando as Plantas necessarias, alinhando as ruas, e edificio(...)maxime dos novos arruamentos...*¹¹⁰.

Bloem iniciou seu plano de reformas instituindo um conjunto de leis denominadas "Archictetura, Regularidade e Aforamento da Cidade", que determinava a abertura de ruas, assoreamento de rios e alinhamento de edifícios¹¹¹, plano este que teve continuidade na década seguinte com outro engenheiro, desta vez um francês Louis Lérger Vauthier.

Vauthier, famoso por seu plano de construção do Teatro de Pernambuco, chegou à Recife em 1840, e permaneceu durante seis anos, período em que realizou um plano geral de alinhamento de ruas, levantando as plantas de diversos bairros¹¹². Ainda formulou um Plano Geral de Melhoramentos da cidade de Recife, em que tencionava reformar o porto, abrir ruas e estradas, entretanto, apenas alguns dos projetos saíram do papel¹¹³.

109 ARAGÃO, Pedro Muniz de. João Alfredo e a remodelação do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n.190, p.45-57 jan./mar.1946. p.46.

110 Apud FREYRE, Gilberto. Um engenheiro francês no Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1940. p.93.

111 Idem. p.107.

112 Idem.p.104.

113 Idem. pp.123-124.

E em Belém, durante sua presidência, exaltou as obras que Jerônimo Coelho empreendeu, em 1848, um conjunto de obras de arborização e reurbanização, com ajardinamento das praças e retificação de ruas¹¹⁴.

Tudo leva a crer que estes fatos realmente tiveram influência sobre João Alfredo, pois já em 1872, o Ministro apresentou seu plano de ajardinamento do Campo da Aclamação¹¹⁵, onde se observa a preocupação do político com a salubridade:

*Esse ajardinamento e a satisfação é a satisfação de uma necessidade pública e muito há de influir não só na salubridade desta capital, como nos costumes da população(...) Rio de Janeiro, de clima cálido, precisa de ter refrigerios...*¹¹⁶

E no ano seguinte, concedeu ao Comendador Joaquim Antônio Fernandes e sua empresa o arrasamento dos morros do Castelo e de Santo Antônio¹¹⁷ por ser, de acordo com o decreto de 16 de junho, de *decidida vantagem para a salubridade pública desta Capital, de sua regularidade e de seu trânsito*.¹¹⁸. E entre as condições para a concessão estavam presente também à preocupação com a abertura e arborização dos espaços, e, conseqüentemente com a higiene, como pode se observar no trecho abaixo:

(...)VII- Seguir nas ruas que se abrirem a direção correspondente a dos ventos dominantes, sem prejuízo das que já existem; VIII- Arborizar os cais e as novas praças, ajardinando também estas. IX- Dar largura em caso nenhum menor de oitenta palmos para as novas ruas e cem para os cais.

114 Apud ARAGÃO, Pedro Muniz de. *Opus cit.* p.46.

115 Atualmente Praça da República.

116 BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro(João Alfredo Correia de Oliveira 1870-1876) Relatório do Ministério dos Negócios do Império 1873. Rio de Janeiro, 1874. p.102.

117 O primeiro decreto que ordenou o arrasamento do morro data de 1853.

118 Cf. ARAGÃO, Pedro Muniz. *Opus cit.* p.46.

Mas seu Plano mais ambicioso viria em 1874, quando no relatório do Ministério, publicado em 1875, João Alfredo declarou:

*(...)tendo-me sido apresentadas propostas para a execução de diversos projectos de obras destinadas a melhoramentos parciais da cidade(...)julguei conveniente subordinar taes projectos a um systema geral de trabalhos, e nomeei para organiza-los uma Commissão de engenheiros...*¹¹⁹

3- Os escolhidos: a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro.

Existem inúmeras biografias sobre Pereira Passos e seu envolvimento nas reformas urbanas do Rio de Janeiro, sobretudo na época em que foi prefeito durante o governo de Rodrigues Alves já na República. Por isso farei apenas um pequeno resumo biográfico para situarmos Pereira Passos no contexto das reformas urbanas.

Francisco Pereira Passos nasceu no final do período regencial em 1836 no Rio de Janeiro, seu pai Antônio Pereira Passos, Barão de Mangaratiba, um influente cafeicultor descendente de portugueses da cidade fluminense de São João do Príncipe, no estado do Rio de Janeiro¹²⁰.

Quando atingiu a idade de estudar foi mandado para a Corte, e em 1852 matriculou-se na Escola Militar. Época, justamente, em que o Rio de Janeiro sofria com as epidemias de febre amarela, cólera e varíola, entretanto foi nesta mesma década em que os debates a respeito de melhorias urbanas e sanitárias começavam a tomar fôlego e as melhorias urbanas estavam na ordem do dia.

Em 1854, uma das primeiras ferrovias da América do Sul ligou Petrópolis ao Rio, foi também o ano em que se começou a usar o lampião a gás na iluminação das ruas. E em 1856, ano em que se formou Passos na Escola Militar, implantou-

119 BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Ministro(João Alfredo Correia de Oliveira 1870-1876) Relatório do Ministério dos Negócios do Império1873. Rio de Janeiro, 1874. p.70.

120 BENCHIMOL, Jaime L. Pereira Passos...*Opus cit.*p.192.

se um sistema subterrâneo de esgotos, iluminação a gás em edifícios particulares e, no ano seguinte, a construção do Canal do mangue¹²¹.

Portanto o jovem Pereira Passos assistiu a todas estas mudanças ocorridas durante a década de 1850 na cidade, e sua formação na Escola Militar da Corte, onde se formou em Ciências Físicas e Matemáticas, certamente conferiu ao jovem bacharel sua bagagem ideológica que o seguiria até o fim da vida em 1913.

Se não vejamos, a fundação da Real Academia Militar, ainda no século XVIII, objetivava a criação de um instituto de preparação de oficiais para a organização de um exercito regular e de engenheiros ligados à política do Estado¹²². Em outras palavras, a engenharia e a formação de profissionais desta área estavam ligados diretamente a organização do Império luso-brasileiro¹²³, ou seja, a construção de fortificações, estradas, pontes, portos e canais faziam parte da estratégia militar de defesa e circulação do território. Talvez não seja outra a razão de que a obra mais importante de Passos no Rio de Janeiro foi a obra do porto e a abertura da Avenida Central. Em 1839 passou a se chamar Escola Militar.

Cabe aqui um parêntese para explicar que existia uma discussão a respeito sobre o tipo de instituição que seria a Escola Militar, se ela seria uma academia de ciências ou uma academia militar. Esta discussão, que teve origem ainda na época que era Academia Real, de qual seria a destinação da Escola¹²⁴, que acabou por mudar o seu nome e estatuto em 1839, influenciou de maneira diferente em seus alunos.

André Rebouças, por exemplo, contemporâneo de Passos, se formou em 1860 na Escola Militar, e ainda exerceu função de engenheiro militar em algumas missões pelo país, entretanto, em maio de 1865 engajou-se na campanha contra a Guerra do Paraguai, enquanto Passos, que regressou de sua viagem de estudos à Paris em fins de 1860, tinha muito nítido sua função de engenheiro militar do

121 NEEDELL, Jeffrey. *Opus cit.* p.42-46.

122 CARVALHO, Maria Alice Rezende de. O quinto século...*Opus cit.* p.72

123 Id., loc., cit.

124 Sobre esta querela ver os textos O quinto século de Maria Alice Rezende e Profissões Imperiais de Edmundo Coelho, ambos na bibliografia deste trabalho.

Estado, tanto que se dedicou a construção de ferrovias até ser nomeado no ano de 1865 funcionário do governo Imperial, onde fiscalizava a construção de ferrovias¹²⁵. Uma diferença, portanto, na maneira de pensar de dois engenheiros formados pela mesma instituição, que veremos mais adiante acabou por marcar o destino de ambos.

Mas voltando a Passos, após sua formatura na escola Militar, partiu para Paris, como diplomata, e lá se tornou ouvinte das aulas da *Écoles des Ponts e Chaussés*, em Paris, onde estudou arquitetura, hidráulica, construção de portos e estradas, além de economia política e direito administrativo¹²⁶. E novamente Passos presenciou as mudanças profundas que ocorriam em relação a urbanização e saneamento, desta vez em Paris. As famosas obras de Georges Eugène Haussman, que transformaram a capital francesa em uma cidade *moderna*, e quando Passos chegou à cidade a primeira rede viária já havia sido terminada.

E assim como o Conselheiro João Alfredo foi influenciado pelas obras que presenciou em Pernambuco e no Pará, o jovem Passos ao regressar de Paris trazia em sua bagagem, além da formação técnica obtida na *Écoles des Ponts e Chaussés* a sua vivência das obras de reforma de Haussman. Tanto que no segundo Relatório da Comissão Passos e , seus colegas colocam que:

*...varias capitaes da Europa tambem imitaram Pariz. Vienna fez arrazar suas trincheiras, e, onde estas existiram admiram-se hoje magnificas ruas que se estendem pelo coração da cidade e ramificam-se pelos arredores. Bruxellas que não conta mais habitantes que o Rio de Janeiro, fez abater extensos quarteirões e abrir longas avenidas. em Londres na própria city, onde as casas têm valor incauculavel, os inglezes(...) não hesitaram em rasgar ruas largas e levantar elegantes prédios naquelle labyrintho de ruas estritas e sinuosas...*¹²⁷

E, continua o relatório:

125 BENCHIMOL, Jaime L. Pereira Passos... *Opus cit.* p.194

126 Idem. p.192.

127 PASSOS, Francisco P., et alli. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo D. 1875. p.3.

*A cidade do Rio de Janeiro já é importantíssima pelo seu commercio, riqueza e população, tem ante de si um futuro immenso, que lhe garantem sua situação geographica e a circumstancia de ser a capita de um dos mais extensos e mais ferteis paizes do mundo*¹²⁸.

Vale ressaltar, como nos explica Maria Stella Brescianni, que a Ecole des Ponts e Chaussées, fundada em 1747, herdou do século XVIII a preocupação quase que obsessiva em relação aos fluxos das ruas e estradas. No século XIX os planos de reforma urbana adquirem uma configuração ligada aos problemas sociais, como vimos anteriormente.

O que nos dá dimensão de como as reformas da capital francesa influenciaram o engenheiro e, melhor ainda, como ele enxergava o papel destas reformas no Rio de Janeiro: fazer desta cidade um cidade *moderna* do mesmo modo que Paris, Londres e Viena o fizeram.

E assim, já na década de 1870, Passos ocupava o cargo de Consultor Técnico do Ministério de Agricultura e Obras Públicas, já sob a chefia de João Alfredo. E no ano seguinte rumou novamente para a Europa, desta vez para Londres com inspetor especial das estradas de ferro subvencionadas pelo governo, atuando como mediador em uma série de contratos, regressando em 1873¹²⁹. Mas foi justamente em 1870 que o caminho dos dois engenheiros, André Rebouças e Pereira Passos se cruzaram novamente.

Naquele ano o Rio de Janeiro sofreu uma das maiores secas até então, André e seu irmão, o também engenheiro, Antônio propuseram ao Ministro Diogo Velho, antecessor de João Alfredo no Ministério, a proposta de uma Companhia de Águas, para a captação, açudagem e construção de um sistema de canalização para distribuição domiciliar. Algum tempo mais tarde, André foi nomeado presidente de uma Comissão para estudar a viabilidade do projeto, entretanto a solução do problema demorou por demais e André Rebouças parecia convencido de que o ideal para a viabilidade do projeto seria a iniciativa privada assumir o

128 Id., loc., cit.

129 BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussman tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.p.195.*

projeto. Entretanto, o engenheiro do Império, Pereira Passos se opôs frontalmente a tal idéia, pois para Passos a iniciativa deveria ser estatal que foi acatado pelo Ministro Diogo Velho que tentando minimizar a crise nomeou um inspetor de águas do Império para acompanhar o trabalho dos irmãos e mudar o projeto¹³⁰.

Porém, os irmãos Rebouças por não serem funcionários imperiais não se sentiram obrigados a acatar as ordens do Ministro e recorreram ao chefe de gabinete Visconde de Itaboraí que respondeu positivamente a proposta e ordenou que a obra fosse feita de qualquer maneira. Apesar deste apoio do chefe do Gabinete não é preciso dizer o mal estar que este fato causou entre os funcionários - engenheiros do Império, dentre os quais Passos e os políticos ligados a Diogo Velho. Acontece que o plano deu certo e os irmãos obtiveram em 30 dias o resultado esperado e regularizou-se o abastecimento. Tal vitória incentivou à André a propor seu plano original, mais ambicioso novamente ao Ministro da Agricultura e Obras Públicas. Mas o gabinete chefiado por Itaboraí havia caído e João Alfredo ocupava agora o cargo¹³¹.

Em 1871 seu irmão Antônio se dispôs com o Ministro João Alfredo e depois de forte discussão acabou por ser demitido, e a subida de um novo gabinete, de Zacarias de Gois, este recomendava a aniquilação de tudo o que ficara do antecessor, assim sendo João Alfredo cancelou os contratos anteriores e demitiu André Rebouças, ficando a cargo dos engenheiros do Império o plano de abastecimento dali em diante¹³². O próprio Pereira Passos começou a desenvolver trabalhos sobre o abastecimento de água da cidade, dentre os quais, “Abastecimento d’água á cidade do Rio de Janeiro. Proposta de J.B Moore e outros”, e passou a analisar pessoalmente as propostas apresentadas para o abastecimento de águas e esgotos da cidade.

Para a historiadora Maria Alice Rezende este episódio demonstra o início do entrelaçamento do poder público e o desenvolvimento de uma burocracia

130 CARVALHO, Maria Alice R. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil* Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998. Opus cit. p.109.

131 CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Opus cit.* p.110.

132 Idem p.111.

profissional¹³³, os engenheiros. E para nós este conflito é interessante uma vez que nos revela o problema da descontinuidade dos projetos políticos e a cultura política de *terra arrasada* que com a subida de um político ou grupo político ao poder todos os projetos e tudo o que possa ter restado do antecessor ou antecessores é liquidado. o que poderá ser observado mais adiante.

Saindo André Rebouças de cena, Pereira Passos foi promovido, em 1874, a engenheiro do Ministério do Império, com a incumbência de chefiar a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Época justamente que os engenheiros começam a aparecer efetivamente no cenário político e ganham a partir da Escola Politécnica visibilidade social¹³⁴.

Outro membro da Comissão era Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, formado em Engenharia Civil e em Matemática, pela mesma Escola Militar, era Marechal, reformado, do Exército e Inspetor Geral das Obras Públicas do Império, e também desenvolvia trabalhos sobre o abastecimento de água da cidade, tendo publicado o “Projecto de abastecimento d’agua para a cidade do Rio de Janeiro”, em 1874.

Estes dois, juntamente com Marcelino Ramos¹³⁵, formularam dois relatórios, o primeiro em 12 de janeiro de 1875 e o segundo, e último, em 29 de fevereiro do ano seguinte.

O nosso grupo oriundo da “boa sociedade”, filhos de proprietários de terra e escravos, faziam parte do que poderíamos chamar de “elite imperial”. Educados nas prestigiosas instituições de ensino da época, a Faculdade de Direito de Recife e a Escola Militar, estes três homens vivenciaram de perto as discussões sobre “progresso”, civilização e “ordem” e que durante a primeira metade do século

133 Id., loc., cit.

134 COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.p.94.

135 Até agora não foi possível localizar a biografia deste engenheiro, só se sabendo, graças a uma correspondência dele para o Barão do Rio Branco, que se tratava de um engenheiro funcionário da divisão de obras públicas. SILVA, Marcelino Ramos da. Correspondência entre Marcelino Ramos da Silva e o Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, 1974.(Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional). Sabemos também que este engenheiro era companheiro de Passos na fiscalização e manutenção da rede ferroviária. Cf NORONHA SANTOS, Francisco A., Meios de transporte no Rio de Janeiro Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1934. Vol. 1. p.470.

dezenove permearam os diversos espaços freqüentados por eles¹³⁶ ao mesmo tempo em que surgem as primeiras discussões a respeito de um novo tipo de medicina chamada *medicina social* que propunha tratar não o indivíduo mas o corpo social, no caso a própria cidade torna-se o enfermo a ser tratado¹³⁷. Também ao longo da primeira metade do século dezenove iniciam-se as primeiras discussões a respeito da organização do espaço urbano e da salubridade, embora o grande deflagrador do acirramento destas discussões seja a grande epidemia de febre amarela de 1849.

136 TURAZZI, Maria Inêz. A euforia do progresso e a imposição da ordem. Rio de Janeiro: COPPE,/ED.Marco Zero, 1989. p.38.

137 LUZ, Madel. *Medicina e ordem política brasileira(1850-1930)*. São Paulo: Graal,1982. P.101.

Capítulo 4

Dos planos à prática: da comissão até a prefeitura

Raras vezes é a criação de uma cidade o resultado de causas fortuitas.

Viera Souto

*Rua, do latim, ruga, sulco. Espaço entre as casas e as povoações
por onde se anda e passeia.*

*Ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades,
a rua tem alma!*

João do Rio

1- Os Planos da Comissão:

Com a subida do Gabinete Zacarias de Gois e com João Alfredo no Ministério de agricultura e Obras Públicas os engenheiros do Império começaram a traçar seu caminho em direção à produção do discurso sobre o urbano e o saneamento e seriam eles e não os higienistas que iriam definir as bases de que caminho o Rio de Janeiro iria tomar a fim de alcançar seu lugar entre as grandes cidades do mundo.

Como vimos no capítulo 2, desde a criação da Junta de Higiene, ainda em 1850, juntamente com uma Comissão de Engenheiros, da qual o próprio Jerônimo Jardim fazia parte, iniciou-se um impasse, os próprios membros da Academia Imperial de Medicina não entendiam o porquê da criação de uma Comissão composta de engenheiros se já havia uma junta de médicos e por outra para que a criação de uma Junta de médicos uma vez que a Academia de Medicina poderia ter tido a mesma função¹³⁸.

Porém a impossibilidade, por qualquer que tenha sido o motivo, da Academia em formular um plano de saúde pública abriu brecha para a ascensão da Junta e dos engenheiros, estes últimos particularmente devido a subida do gabinete Zacarias que lhes proporcionou um momento político favorável.

Como já dito anteriormente o primeiro relatório da Comissão data de 12 de Janeiro de 1875. e abrangia os bairros do Engenho Velho, Andaraí, São Cristóvão, Catete e

138 Segundo Edmundo Coelho o problema também foi que ainda que a Academia Imperial de Medicina criticasse os trabalhos e a utilidade de uma Junta de Higiene, a própria não conseguiu formular um projeto de saúde pública, e quanto mais o tempo passava mais a Junta crescia como autoridade médica e a Academia ia perdendo prestígio. Cf. COELHO, Edmundo Campos. Opus cit. p.133-138.

Botafogo, e ainda trazia uma série de propostas para o Canal do Mangue, *foco permanente de infecções miasmáticas*¹³⁹.

Nestes bairros a Comissão propunha o alargamento e retificação de diversas ruas e praças, bem como apontava a necessidade de abertura de novas ruas, mesmo que fosse necessária a desapropriação de várias propriedades, com o objetivo da construção de *Boulevares*. Como vemos no trecho abaixo:

*A comissão procurou atender principalmente a necessidade palpável de uma via de comunicação directa do Campo da Acclamação á raiz da serra do Andarahy...da rua do Portão Vermelho em diante essa avenida obliqua a direita acompanhando por certa extensão a rua do Andarahy Grande...*¹⁴⁰

e continua:

*A largura da Avenida deve ser de 40 metros, sendo 18 metros para a calçada e 11 para cada um dos passeios lateraes, que devem ser ornados de duas filas de árvores. Sua extensão em linha reta do Campo da Acclamação até a rua do Portão Vermelho é de 4.870metros, e dahi em diante pode vir a ter um desenvolvimento de mais de 1.500 metros.*¹⁴¹

A justificativa para a escolha destes bairros, segundo o próprio relatório era de que as propriedades seriam mais afastadas uma das outras e que por esta razão estes bairros ofereceriam as melhores condições para o desenvolvimento da cidade, pois seriam: *actualmente mais importantes melhoramentos reclamam e onde taes obras podem ser realizadas com menos dispendios*¹⁴². e ainda justificando a escolha destes bairros afastados da parte central da cidade, a Comissão apontou ainda: que o fato do terreno ser menos acidentado permitiria a abertura de ruas largas e casas amplas *rodeadas de jardins que tanto convêm a salubridade das habitações deste paiz*¹⁴³ e ainda aponta as

139 PASSOS, Francisco Pereira et alli. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1975.

140 Idem. p.4.

141 Id., loc., cit.

142 PASSOS, Francisco Pereira et alli. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1975. p.2.

143 Id., loc., cit.

montanhas cobertas de vegetação e os *mananciais de águas puras* que seriam de suma importância para a *purificação do ar por tantas causas viciado em nossa grande cidade*¹⁴⁴.

Além do alargamento e retificação das ruas a Comissão propõe na região entre a Rua do Andaraí Grande, hoje apenas Rua do Andaraí, e o *boulevard 28 de Setembro*, um local para a construção da Universidade do Rio de Janeiro que tivesse espaço suficiente para a construção de um horto botânico e de um jardim zoológico, e contornando ambos vastas avenidas.¹⁴⁵ E ainda *abertura de uma avenida transversal desde a rua do Andaraí Pequeno canto da rua da Fabrica das Chitas, até encontrar o prolongamento do boulevard ou avenida 28 de Setembro*¹⁴⁶.

No bairro de São Cristóvão, a Comissão propunha a construção de um local apropriado para a exposição permanente de máquinas e aparelhos agrícolas, que seria um parque dentro do qual haveria um Palácio para tais eventos e ainda:

*...limitado nos fundos por uma rua de 25 metros de largura que começa no portão da Coroa, forma um ângulo na rua S.Christóvão (...)quanto a rua de S.Christóvão, que é a mais importante daquele bairro, a Commissão limita-se a indicar que seja sómente rectificada e alargada em alguns lugares, conservando-lhe a direcção geral que hoje tem.*¹⁴⁷

e também a construção de um cais que ligaria a Gamboa a São Cristóvão desobstruindo o fluxo de outras partes da cidade e por meio do qual *ficaria ligada a ponta da Chichorra a praia dos Lázaros(...)*e deve estender-se em seguida até além da praça de S. Cristovão¹⁴⁸.

E finalmente em relação aos bairros de Botafogo e Catete a Comissão destacava como importante a retificação e abertura de novas ruas, tendo como vantagem o fato do clima ser mais ameno nesta região da cidade¹⁴⁹.

Fica claro ao analisarmos este primeiro relatório que a preocupação com a salubridade é evidente, inclusive existe um longo trecho sobre o sistema de esgoto, na opinião da Comissão, totalmente ineficiente uma vez que o próprio não possuiria sistema

144 Id., Loc., Cit.

145 Idem. p.13

146 Id., loc., cit.

147 Idem. p.5

148 Id., Loc., Cit.

149 PASSOS, Francisco P., et alli. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo D. 1875 p.6

de ventilação apropriado o que acabava por contaminar todo o subsolo¹⁵⁰, e ainda frisava a necessidade da plantação de árvores nas praças e ao longo dos passeios nas ruas sendo isto pois uma necessidade indeclinável para o Rio de Janeiro¹⁵¹. e segue defendendo ainda a plantação e cultivo das árvores como abrigo contra o sol e sua influência sobre a purificação do ar e mais que tudo sua *acção benéfica como meio de combater a insalubridade produzida pelas materias orgânicas e a grande humidade do solo*¹⁵² E segue defendendo a limpeza periódica das ruas e praças bem como sua *irrigação*, e ainda o problema das depressões das ruas que traziam o inconveniente das águas paradas¹⁵³.

No entanto, ao sugerir neste primeiro relatório que as obras fossem iniciadas pelos arrabaldes ao invés da parte Velha da cidade, ao contrário das críticas do engenheiro Viera Souto que acreditou que a omissão desta parte da cidade teria sido por *desejo de lisonjear o amor próprio, tomando um lugar entre os anexos do relatório que o Senhor Ministro deve apresentar na sua próxima reunião*¹⁵⁴ ou ainda como o engenheiro afirma mais adiante que o curto espaço de tempo só poderia ter comprometido a qualidade do trabalho, mostra a preocupação de retirar a população do centro e levá-la para os arrabaldes, não sem antes fixar as regras para as construções particulares. Para entender este raciocínio, basta observar, já no segundo relatório, a justificativa da Comissão para a escolha de tal tema por se tratar de uma *expansão natural da população*(para os arrabaldes)¹⁵⁵.

Este primeiro relatório, apesar de propor grandes avenidas e *boleares*, bem como o alargamento de ruas já existentes, teve como sua grande as moradias, afinal de contas muito foi dito, e é inegável, sobre a influência das reformas urbanas de Paris nos planos propostos pela Comissão, porém, como já dissemos Passos foi em 1871 à outra cidade, à Londres onde permaneceu tempo suficiente para travar conhecimento a respeito das reformas sanitárias empreendidas por Chadwick em Londres.

Outra matéria de bastante destaque no primeiro relatório é o Canal do Mangue. Segundo a Comissão, para solucionar o problema do Canal só haveria duas possibilidades: o aterro completo do Canal, que seria então substituído por uma grande

150 PASSOS, Francisco P., et alli. Primeiro Relatório... *Opus cit.* p.8.

151 Idem. p.11.

152 Idem. p.12.

153 Id., loc., cit.

154 SOUTO, Luis Rafael. O melhoramento do Rio de Janeiro. *Jornal do Comércio* Parte II.p.5.

155 PASSOS, Francisco P., et alli. Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo F. 1876. p.8.

galeria coberta que receberia águas pluviais ou o prolongamento do Canal até o Andaraí e de lá até o mar, combinado com a construção de esgotos laterais e a desobstrução da parte já existente, e ainda duas galerias cobertas, onde desembocariam as valas e os encanamentos que deveriam ser construídos para o escoamento das águas provenientes das chuvas e das casas¹⁵⁶. Ainda propõe que, margeando os dois lados do Canal, através do prolongamento das Rua Senador Euzébio e do Sabão do Manguê¹⁵⁷, formassem duas extensas e largas avenidas arborizadas *offerecendo transito no centro para os carros e dos lados largos passeios ás pessoas a pé e a cavallo*¹⁵⁸ e também, todo este terreno marginal deveria ser aterrado afim de *desapparecer aquelles pantanos tão prejudiciaes á saúde publica*¹⁵⁹ para transformar assim *os alagadiços em terrenos uteis de subido valor pela posição que occupam em relação ao mar*¹⁶⁰.

A Comissão propunha ainda a construção de um novo ramal da Estrada de Ferro Pedro II, na margem esquerda do Canal, para uma estação marítima, com uma parte destinada a atracação de navios de grande porte¹⁶¹.

E finalmente, a justificativa para estas obras seria a sua utilidade principalmente *para o desseccmento dos pantanos e terrenos alagadiços daquelles bairros, concentrando em um regular, e não sujeito ao despejo das propriedades vizinhas, nem aguas pluviaes das ruas*¹⁶².

Este relatório foi entregue para o Ministro João Alfredo que o publicou em anexo ao Relatório do Ministério do ano de 1874, e que se encontra ao final da dissertação. Passemos agora as propostas do segundo relatório.

O segundo relatório foi entregue pela Comissão em fevereiro de 1876 e o relatório do Ministério do ano de 1875, publicado em 76, dizia que: *no municipio e porto do Rio de Janeiro a febre amarella, manifestada por casos isolados desde o começo de 1875, reinou com character epidemico desde o mez de fevereiro até ao de junho*¹⁶³, e dentro

156 PASSOS, Francisco P., et alli. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1975. Anexo F. p.2-3.

157 Idem. p.3

158 Id., loc., cit.

159 Id., loc., cit.

160 Id., loc., cit.

161 PASSOS, Francisco P., et alli. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1975. pp.2-3

162 PASSOS, Francisco P., et alli. Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo F. 1876.p.3.

163 BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Ministro(José Bento). Relatório do ano de 1875.

deste quadro a Comissão propunha fixar as atenções desta vez na parte central da cidade, não sem antes afirmar que:

*Pariz que tem pretenções a ser a capital do mundo civilizado, foi a primeira a dar o exemplo de abertura de novas ruas e reconstrucções em grande escala, que a principio foram consideradas como obras meramente de luxo e de aformoseamento para attrahir á grande capital maior numero de estrangeiros*¹⁶⁴

E continua,

*A cidade do Rio de Janeiro já importantissima pelo seu commercio, riqueza e população tem ante si um futuro immenso, que lhe garantem sua situação geographica e a circumstancia de ser a capital de um dos mais extensos e mais ferteis paizes do mundo.*¹⁶⁵

Este segundo relatório fixa as propostas na parte central, onde propõe o alargamento, retificação e, inclusive, novas ruas, além do arrasamento dos morros do Castelo e Santo Antônio. Além de propor uma estação marítima para a Estrada de Ferro D. Pedro II, pois *todo nosso commercio de importação e exportação acha-se concentrado na pequena zona do litoral que se estende da Praça de D. Pedro II á Gambôa ou antes até a Saude.*¹⁶⁶

As principais propostas seriam: o alargamento da Rua larga de São Joaquim, pelo lado direito descendo, além do prolongamento da mesma até uma nova rua projetada entre a Rua dos Ourives e Uruguaiana, e daí até o largo de Santa Rita¹⁶⁷, que veio a ser mais tarde, na reforma de Pereira Passos, a abertura da Rua Marechal Floriano, que acabou por fazer desaparecer as Ruas estreita e larga de São Joaquim.

Propunha ainda, o alargamento da Rua Visconde de Inhaúma, em toda a sua extensão, e o alargamento e retificação da Rua da Prainha, entre Ourives e litoral, e o prolongamento da mesma até a estreita de São Joaquim. Para melhor visualização desta região vide o mapa na próxima página.

Rio de Janeiro: Tipografia nacional, 1876. p.76.

164 PASSOS, Francisco P., et alli Segundo Relatório... *Opus cit.* p.3.

165 PASSOS, Francisco P., et alli Segundo Relatório... *Opus cit.*p.4.

166 PASSOS, Francisco P., et alli. Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. Anexo F. p.11.

167Idem. p.24.

esquerdo entre a Rua dos Ourives e a Ladeira João Homem¹⁷⁰, este seria o projeto que mais tarde deu lugar a Rua do Acre, que surgiu justamente do alargamento e retificação da Rua da Prainha, que com a abertura da Avenida Central passou a se chamar Praça Mauá. E o alargamento da Rua da Imperatriz entre a São Joaquim e a Praça Municipal,¹⁷¹ que mais tarde, com as obras de Passos se transformou na Rua Camerino.

Abertura de uma rua entre a dos Ourives e da Quitanda, começando da Rua Visconde de Inhaúma, em frente a Rua de Santa Rita, terminando na Rua de São José, que deverá ser prolongada quando for arrasado o morro do Castelo. Substituição da Rua Sete de Setembro por outra *mais larga* alargamento da Rua do Sacramento entre a do Hospício e Senhor dos Passos¹⁷². Vale ressaltar que tanto o alargamento da sete de setembro quanto da Rua do Sacramento foi feito mais tarde por Pereira Passos.

A derrubada do Morro do Castelo já estava prevista nos planos da Comissão de Melhoramentos, sendo que a idéia do desmonte do morro era antiga, ainda do século XVIII, e sobre este, e o morro de Santo Antônio o segundo relatório coloca que a demolição de ambos seria de vital interesse para *o fim de permitir a chegada das brizas do oceano até o coração da cidade, baseou a Comissão o seu projecto de abertura de novas ruas e alargamento e rectificação das existentes...*¹⁷³. E de fato o projeto do prefeito Pereira Passos também trazia a derrubada dos morros, o que acabou ocorrendo em 1905 com a derrubada parcial do morro do Castelo para a construção da Avenida Central.

Em linhas gerais este segundo relatório trata dos assuntos já tratados no primeiro, tais como as *habitações populares*, a largura e altura das ruas e o Canal do Mangue, além de dedicar uma parte aos morros do Castelo e Santo Antônio¹⁷⁴, aconselhando o arrasamento total de ambos. mas o que chama atenção neste segundo relatório é a todo o momento remeter-se as obras de saneamento das cidades européias, Londres, Paris, Marselha, Bruxelas, dentre outras, como modelo de civilização a ser seguido em oposição a barbárie, como podemos ver no trecho abaixo:

Nas cidades antigas, em que as conveniências de defeza obrigavam a encerrar em limitado perimetro, as ruas eram geralmente muito estritas e pouco extensas. Entre os povos

170 PASSOS, Francisco P., et alli. Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo F. 1876. p.24.

171 Idem. p.25.

172 Id., Loc., Cit.

173 PASSOS, Francisco P., et alli. Segundo Relatório...Opus cit. p.14.

174 PASSOS, Francisco P., et alli. Segundo Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo F. 1876. p.14.

*bárbaros, e entre outros pouco adiantados em civilização, as ruas são igualmente acanhadas e mal dispostas.*¹⁷⁵

E continua, fazendo o contraponto passado, barbárie, e futuro, civilização moderna:

*O mesmo defeito ainda se nota em quase todas as cidades da Europa, que não tem sofrido alterações no século presente. E que os nossos antepassados não sentiam as necessidades que tem creado a civilização moderna, para satisfazer ás quaes é necessário aumentar a largura das ruas.*¹⁷⁶

E finaliza, citando os grandes *bulevares* e largas avenidas de Paris, Viena, Londres e Washington¹⁷⁷.

2- As habitações populares e os relatórios da Comissão:

No primeiro relatório, a Comissão propunha o estabelecimento de regras para a construção de casas particulares onde opinava desde a altura e espessura das paredes internas e externas dos edifícios até a disposição dos cômodos¹⁷⁸. No artigo de número 22, por exemplo, a Comissão propõe que:

*todas as casas habitadas ou destinadas a ser habitadas, devem ser construídas e dispostas de tal modo que cada sala ou quarto tenha uma abertura nunca inferior a um metro quadrado para a rua ou para um quintal ou área descoberta de 10 metros quadrados pelo menos de extensão.*¹⁷⁹

E que *as presentes regras serão aplicadas à construção de novos prédios, e à reconstrução dos existentes, quando mais da metade destes sem metro cúbicos for demolido*. Pois para a Comissão as casas particulares, em especial as *habitações populares*, eram uma das responsáveis pelo péssimo estado de salubridade da capital do Império.

A Junta de Higiene, em seu relatório para o mesmo ano, afirma que além das condições climáticas desfavoráveis, grande calor e umidade, os cortiços e estalagens também representam um problema à salubridade uma vez que

175 Idem.. p.10.

176 Id., Loc., Cit.

177 Id., Loc., Cit.

178 PASSOS, Francisco P., et alli. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo F. 1875. p.4.

179 Idem. p.16.

*casas insalubres e sem ventilação como são os cortiços e estalagens, onde se abrigam mais de 20.000 almas, muitas das quaes em grande miséria; o ar saturado de pó fino que cobre o solo de nossas ruas, e que, desafiando irritações permanentes da vias aereas se constitue uma causa poderosa da phthisica pulmonar...*¹⁸⁰

Opinião esta endossada no relatório, onde a Comissão afirma:

*A principal causa da insalubridade das casas em nosso paiz reside no pessimo systema de distribuição interna(...)são as nossas habitações desprovidas dos meios de ventilação e de renovação de ar nos quartos de dormir, e muitos outros commodos indispensáveis em uma residencia.*¹⁸¹

e continua afirmando que:

*Os quartos de dormir são em geral alcovas mal arejadas, que só recebem a luz do dia atravez de outros aposentos...nas cozinhas não há receptáculos apropriados de aguas servidas, nem encanamentos...Poucas são as casas providas de closets, e os que existem tornam-se aspiradores de gazes mephiticos.*¹⁸²

Estava claro, tanto no relatório da Junta de Higiene quanto no da Comissão que a insalubridade e as doenças estavam diretamente ligadas às populações mais pobres, que viviam aglomeradas em cortiços e estalagens, cujos hábitos pouco higiênicos e degradantes, tais como *bebida, degeneração moral e predisposição* (destas populações) às *doenças*¹⁸³ eram as causas das epidemias.

O tema das construções volta no segundo relatório, onde a Comissão enfatizava que *nada se tem feito até hoje para dota-la de construcções mais apropriadas ao nosso clima*¹⁸⁴ e segue afirmando que tais construções, edificadas sem *subordinação alguma a um plano geral previamente estudado* e que por esta razão, além da geografia "desfavorável" do Rio de Janeiro, com sua *sinuosidade dos valles*, *acompanhando as*

180 REGO, José Pereira do. Relatório da Junta Central de Higiene Pública. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo F. 1875. p.19.

181 PASSOS, Francisco P., et alli. Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo D. 1875. p. 7/8.

182 Idem. p.8.

183 REGO, José Pereira do. Relatório da Junta Central de Higiene Pública. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. Anexo F. 1875. p.20.

184. BRASIL. Segundo relatório da Comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Relatório do Ministério do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1976. Anexo F. p.4.

*fraldas dos morros*¹⁸⁵ deveriam ser remodeladas. Além do aspecto estético, na opinião da Comissão inexistente como se observa na passagem abaixo:

*As casas são construídas no mesmo estylo das antigas sem arte, nem segurança e sem a minima attenção ás condições especiaes do nosso clima tropical(...)Raras são as que têm quartos de dormir providos de janellas, quando nenhuma deveria existir com aposentos privados dessa condição essencial para a renovação do ar.*¹⁸⁶

Podemos afirmar que, sem dúvida, havia o problema das epidemias, da falta de salubridade e da superpopulação na parte central da cidade, mas seria um exagero afirmar que todo o movimento de reestruturação da cidade e o desenvolvimento de uma medicina social tenham sido arquitetados, a portas fechadas, para deliberadamente atingir as classes pobres e privilegiar as mais abastadas.

Entretanto, o fato é que isto acabou ocorrendo no final das contas, pois basta indagarmos quem produziu o discurso das reformas.

Em primeiro lugar, os engenheiros, que segundo vimos eram, em maioria, formados por uma academia militar e com uma visão nítida de qual era o papel de sua profissão: conferir ao Império, a sua capital no caso específico que tratamos, seu lugar entre as nações civilizadas, e vale ressaltar, e eram, também em sua maioria funcionários do governo. E em segundo lugar, os sanitaristas, embora em menor escala, outros membros da elite, mas que também tinham clara a idéia de civilização e do que era preciso para alcançá-la.

Basta observar o trecho em que a Comissão mostra a preocupação da idéia de civilização uma vez que *se pelo aspecto exterior dão triste idéa de nossa civilização e de nossos sentimentos de bello e harmonioso*¹⁸⁷. Ou seja a preocupação com a imagem de "cidade civilizada" que obviamente as construções populares não correspondiam, e sim remetiam a um passado não-civilizado, feio e desarmônico.

As doenças eram, dentro deste raciocínio, mais um fator de medição do grau de civilização de um país, cujos culpados eram os negros, mestiços, brancos pobres e imigrantes e sua *habitações coletivas*. A mistura de raças levava ao vício e à

185 Idem. p.5

186 BRASIL. Segundo relatório da Comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro.

Relatório do Ministério do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1976. Anexo F. p.4.

187 Id., loc., cit.

degeneração da raça branca, era portanto a causa das doenças e, por tabela, do atraso em que vivia o país. A idéia de mistura e confusão é facilmente observada no trecho do segundo relatório em que a Comissão coloca que a melhora do estado sanitário da cidade só ocorrerá se melhorarem as habitações coletivas, ou nas palavras da própria Comissão:

Se queremos ver melhorado o estado sanitário do Rio de Janeiro, é absolutamente indispensável acabar com este systema de distribuição das casas(...)Cada uma dessas alcovas humidas e escuras, onde dormem várias pessoas(...) é uma fonte perenne de febre amarella, typho e outras molestias ,cujas causas se procuram alhures¹⁸⁸.

Agora, passemos às diferenças entre teoria e prática analisando as obras de Pereira Passos em 1903, já na prefeitura.

3- A teoria e a prática: os planos e o governo de Pereira Passos.

O segundo relatório da Comissão de Melhoramentos foi entregue não a João Alfredo e sim ao novo Ministro, José Bento Cunha de Figueiredo, ou seja, novamente caí um Ministério e com ele a Comissão e os planos de reforma da cidade tomaram novo rumo. No relatório de 1876, o novo Ministro ordena que sejam feitas as seguintes obras propostas pela Comissão, a desobstrução do Canal do Mangue, a abertura de rua entre a Sete de Setembro e a Rua do Ouvidor, e o alargamento da Visconde de Inhaúma e da Primeiro de Março, além da derrubada do Morros do Castelo e Santo Antônio¹⁸⁹. Entretanto, no mesmo relatório o Ministro coloca que:

No Municipio e porto do Rio de Janeiro a febre amarella, manifestada por casos isolados desde o começo de 1875, reinou com character epidemico desde o mez de fevereiro até ao de junho em que se extinguiu...¹⁹⁰

E continua no mesmo relatório afirmando que no ano em que foi publicado o relatório, 1877, o estado sanitário havia sido *geralmente satisfatório*, inclusive com declínio das mortes causadas pela febre amarela, 213 no presente ano contra 1.292 do ano de 1876¹⁹¹. De fato, houve nesta época o declínio das epidemias de febre amarela, cólera e varíola, que somente voltaram em meados da década de 1880 e novamente com

188 BRASIL. Segundo relatório da Comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Relatório do Ministério do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1976. Anexo F. p.5.

189 Idem. p.76.

190 Idem. p.74.

191 BRASIL. Segundo relatório da Comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. Relatório do Ministério do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1976. Anexo F. p.5. p.76-77.

força total na década de 1890¹⁹², por esta razão é fácil explicar porque as idéias de reformar a cidade acabaram por ficar para segundo plano, além do que com a saída de João Alfredo, saíram junto os planos anteriores, novamente a política de terra arrasada.

No entanto, Pereira Passos e os engenheiros já haviam conquistado seu espaço e construído seu discurso, só lhes faltava chegar ao poder e concretizar seus planos. Todo o processo delineado na década de 1870 começou a se solidificar e a ganhar espaço sobretudo em 1880 com a fundação do Clube de Engenharia.

No Clube, fundado pelo próprio Pereira Passos, era discutido sobretudo o saneamento da capital, e seus membros, dentre os quais, Paulo de Frontin, Francisco Bicalho, Carlos Sampaio e o próprio Viera Souto, preocupavam-se sobretudo com a necessidade da redefinição do espaço urbano e de exterminar as epidemias, de uma vez por todas¹⁹³.

Mas a época era de crise no Império, com o fim da guerra do Paraguai, a desintegração do sistema escravista, a efervescência mercantil, juntamente com novas epidemias de Febre Amarela e Varíola durante as décadas de 80 e 90, que, ponto fundamental, juntamente com o colapso do abastecimento de água da cidade em pleno verão de 1889, mostrou a ineficácia da Municipalidade em lidar com problemas urbanos da cidade, possibilitaram a entrada do Clube de Engenharia e seus membros no cenário político, pois o engenheiro Paulo de Frontin acabou por sugerir um audacioso plano de abastecimento¹⁹⁴.

O plano de Frontin deu resultado e o abastecimento da cidade foi normalizado. Com isto o engenheiro, juntamente com o Clube de Engenharia, foram impulsionados para junto à municipalidade, exercendo trabalho de consultoria para a Prefeitura.

A esta altura o governo, agora uma República, passava por uma série de dificuldades a fim de se afirmar como regime de governo, tendo que administrar as facções ligadas à Floriano Peixoto, a burguesia cafeeira e até monarquistas saudosos. A crise se refletiu na prefeitura do Município onde, de 1889 e 1902, houve 19 prefeitos diferentes, dentre fixos e interinos. Sem contar que o saneamento da capital continuava na pauta, pois as epidemias assolavam sem tréguas.

192 JORNAL DO COMMERCIO. Década de 1890.

193 ROCHA, Oswaldo Porto. *Opus cit.*p.42.

194 O plano de Frontin consistia em fazer jorrar 15 milhões de litros de água em um curto período de 6 dias. Cf ROCHA, Oswaldo Porto. *Opus cit.* p.44/45

Em 1903 o então Presidente da República Rodrigues Alves convidou para ocupar o cargo o engenheiro Francisco Pereira Passos, coroando de vez a passagem do Clube de engenharia e seus membros para a esfera pública, desta vez ocupando um cargo público importante e que possibilitaria a efetivação dos planos de saneamento para o Rio de Janeiro elaborados pelo Clube. Então, após 20 anos de preparação, chegou-se ao controle do Estado pelo controle do Clube¹⁹⁵.

Aos 66 anos de idade, Pereira Passos trouxe consigo a bagagem de engenheiro, formado pela Escola Militar, que presenciou as mudanças urbanas de diversas cidades européias, além da sua própria, vivenciou a construção ao longo do século XIX, ora como espectador, ora como produtor, do discurso da urbanização e da saúde pública, e tinha muito claro em sua cabeça de que maneira o Rio de Janeiro seria uma cidade moderna e higiênica. Embora o século fosse outro, a forma de governo fosse outro, as pessoas fossem outras, Passos ainda era o mesmo, como se pode observar no trecho de seu plano de reformas publicado em 1903:

(o objetivo do plano de melhoramento era): *Dar mais franqueza ao tráfego crescente das ruas da cidade, iniciar a substituição das nossas mais ignóbeis vielas por largas ruas arborizadas, promover melhores condições estéticas e higiênicas para as construções urbanas...*¹⁹⁶

E continua afirmando ser:

*...necessário melhorar a higiene domiciliária, transformar a nossa edificação, fomentar a construção de prédios modernos e este desideratum somente pode ser alcançado rasgando-se na cidade algumas avenidas, marcadas de modo a satisfazer as necessidades do tráfego urbano e a determinar a demolição da edificação atual onde ela mais atrasada e repugnante se apresenta*¹⁹⁷.

O discurso bastante semelhante ao da Comissão de 1874, como não poderia deixar de ser as principais propostas de Passos para a parte central da cidade são facilmente identificadas nos dois relatórios da Comissão, pois a idéia do Prefeito era possibilitar a comunicação entre a parte norte e a parte sul da cidade, facilitar a comunicação entre a parte central e as partes sul e norte da cidade, melhorar a circulação na parte central da

195ROCHA, Oswaldo P. p.55 a 58.

196 MELHORAMENTOS da cidade elaborados pelo prefeito do Distrito Federal. 1903. Citado por BENCHIMOL, Jaime Larry. p.230.

197 Idem. p. 230.

permaneceu nas reformas de 1903. De acordo com Jaime Benchimol, a materialização do discurso médico sanitário com o Bota- Abaixo foi a materialização do consenso dos miasmas²⁰⁰, embora já existisse a chamada ciência dos micróbios.

Entretanto, estes planos, ainda elaborados na década de 1870 somente poderiam se materializar no século XX, uma vez que o momento político, preparado desde 1870, a mudança de governo e a chegada de Passos na Prefeitura, possibilitaram levar a cabo o plano de João Alfredo e de Passos, que o sucessor, José Bento, ocupado que estava em criar seus próprios projetos e planos, jamais levaria adiante um plano de seu antecessor, repetido assim a mesma atitude de João Alfredo ao substituir Diogo Velho, em 1871, a política de terra arrasada.

Passemos às considerações finais.

200 BENCHIMOL, Jaime Larry . Domingos Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. História, ciência e saúde- Manguinhos. Vol.2, n.1, p.67-98, mar./jun. 1995. p.71.

Considerações Finais:

O lugar mais sombrio é sempre embaixo da lâmpada.

Provérbio Chinês

O que objetivei neste trabalho foi, sobretudo, propor um novo olhar sobre o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. A partir das fontes e da bibliografia buscamos traçar um panorama dos planos de reforma urbana para a cidade. Ao analisar a Comissão de Melhoramentos e o seu mentor João Alfredo Correia de Oliveira foi possível constatar que estes planos faziam parte de uma discussão nascida no interior das elites políticas e econômicas sobre o processo civilizatório do país. A idéia de que o Brasil deveria trilhar seu caminho rumo ao progresso e à civilização se legitimou nos discursos da medicina e da engenharia. A cidade planejada livre dos miasmas, da aglomeração e da pobreza garantiria, perante os olhos do mundo, que o Império brasileiro era uma “nação” evoluída.

Segundo Maria Stella Brescianni²⁰¹, Françoise Choay desfez, em seu livro *Urbanismo: utopias e realidade*, toda e qualquer possibilidade de se afirmar um caráter puramente técnico e neutro para o urbanismo, problematizando uma interpretação única da história do urbanismo ou da história urbana. Mais do que estabelecer um inegável vínculo político e filosófico entre formas de ver e intervir nas cidades já existentes, ou de projetar e construir novas cidades. Para Choay é importante mostrar a estreita relação entre as possíveis definições do tema e o encaminhamento escolhido para estudá-lo. Em outras palavras: nenhuma leitura das cidades pode ser definitiva ou ingênua.

No século XIX, as projeções de cidades ideais permanecem numerosas. Os planos de reforma das cidades européias adquirem uma configuração mais relacionada aos problemas sociais. A intenção desses planos explícita, na maioria das vezes, à vontade de conciliar patrões e empregados numa relação em que, assegurada a rentabilidade do trabalho a jornada deixasse de ser uma carga insuportável em termos físicos e de alienação para o trabalhador²⁰². Diferentemente do Rio de Janeiro em que a questão urbana se colocou, primeiramente pelo problema concreto das epidemias e segundo pela idéia de que pela reforma urbana a capital do Império refletiria um país limpo e civilizado.

201 BRESCIANNI, Maria Stella. Cidade e História In OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. p.18.

202 BRESCIANNI, Maria Stella. *Op. cit.* p.22-23

Já no início do século XX, a ciência das cidades - o urbanismo – encontraria sua configuração completa, configuração que se mantém pouco alterada até nossos dias. Contudo, Brescianni afirma ser um equívoco partir dessa configuração “acabada” da ciência das cidades para acompanhá-la em sua trajetória de projetos e intervenções no século XX. A contribuição mais importante da disciplina histórica recai justamente na elucidação desse ponto mais obscuro da formação do saber sobre a cidade.

No caso da presente estudo várias dúvidas surgiram a partir da questão: Por que as reformas propostas pela Comissão em seus relatórios não se efetivaram? Vários autores, alguns de maneira direta, outros de maneira indireta, tentaram responder a esta indagação em seus trabalhos.

Para Emília Viotti, por exemplo, o Rio de Janeiro, por ter sido uma colônia, em primeiro lugar, e mesmo depois da independência ter continuado com sua “estrutura de dependência” não se incluía no *modelo clássico* de urbanização europeu, portanto, qualquer tipo de análise que compare o Rio, para ficar com os exemplos deste trabalho, as cidades como Londres ou Paris seria totalmente inócuo, uma vez que o Rio de Janeiro não se encaixaria no modelo clássico de urbanização²⁰³, portanto, não passou por todas as etapas históricas que as cidades européias passaram desde sua formação ainda na Idade Média. Viotti, na realidade, aponta para uma rede “urbana inexpressiva” que derivava da política colonial e do sistema de produção aqui instituído no período colonial. A autora segue a idéia desenvolvida por vários autores clássicos, como Caio Prado Júnior, por exemplo, e seus conceitos de “transferência de excedentes”, “relação centro e periferia” e “pacto colonial”²⁰⁴.

A historiadora Lilian Fritsch, que, por sua vez, aborda os planos de reforma da Comissão de Melhoramentos, afirma que a razão pela qual os planos teriam ficado apenas no papel seria a de que a crise urbanística do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX não se assemelhou em pelo menos um importante aspecto à trajetória seguida pelos maiores centros urbanos europeus da época: o advento da produção fabril e, conseqüentemente, a desestruturação da vida das pessoas²⁰⁵.

203 COSTA, Emília V. *Op. cit.* p.194.

204 Não cabe aqui uma discussão sobre estes autores ou conceitos apenas apontá-los. Sobre uma crítica a esses autores ver Fragoso J. & Florentino M. *Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

205 FRITSCH, Lilian de A. *Op. Cit.*

Gilberto Hochman em seu livro *A era do saneamento*, partindo da análise de Norbert Elias sobre a sociogênese do Estado, coloca que o elemento chave para se compreender a coletivização do bem-estar é a idéia de dependências recíprocas entre seres humanos. E que na passagem do mundo tradicional para o moderno, com o surgimento dos Estados Nacionais, e o desenvolvimento da industrialização, a urbanização e a secularização, ocorreu o alargamento da complexidade das cadeias de interdependência social. Neste sentido, o aparecimento das políticas sociais é também a análise do processo histórico da generalização da interdependência humana e das respostas aos problemas daí gerados, resultantes do estabelecimento de uma sociedade industrial e capitalista²⁰⁶. Ou seja, no caso do Brasil, especificamente do Rio de Janeiro, este tipo de política pública somente poderia aparecer em 1910, quando, na opinião de Hochman, estaria o país inserido em uma sociedade capitalista.

Na interpretação destes 3 autores os planos de reforma da cidade do Rio de Janeiro não poderiam ocorrer no século XIX porque o Brasil e sua capital, uma ex-colônia de “exploração” que, exatamente por esta razão, não pôde desenvolver cidades, mercados e uma sociedade compatível com as cidades européias que estavam inseridas no mundo industrial e capitalista.

Cabe aqui, portanto, algumas críticas e considerações a esta linha interpretativa. Recentemente, alguns trabalhos discutem esta idéia do caráter limitado da função político-administrativa dos núcleos urbanos.

João Fragoso e Manolo Florentino em seu livro *Arcaísmo como projeto* criticam os chamados “modelos clássicos” e propõem uma nova abordagem onde a economia colonial é entendida como parte integrante de um sistema atlântico português²⁰⁷. Em termos gerais, para os autores o capital mercantil português pode ser tomado como um dos exemplos mais radicais do modelo de circulação cuja reprodução se baseia naquilo que Marx chama de “Lucro sobre a alienação”, que seria: compra barato e vende caro. O capital mercantil português voltava-se quase que integralmente para a apropriação do resultado final da atividade econômica colonial, e isso, segundo Manolo e Fragoso, possibilitou uma relativa autonomia da estrutura econômica colonial.

Assim longe de ser limitado, como na interpretação de Viotti, as cidades, sobretudo o Rio de Janeiro, geraram mercados de homens e alimentos, que por sua vez viabilizaram

206 HOCMAN, Gilberto. Op. cit.

207 FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. Op. cit. p27.

o aparecimento de circuitos internos de acumulação²⁰⁸. Os autores afirmam ainda que longe deste arcaísmo ser um *atraso* de Portugal era sim um *verdadeiro projeto social*²⁰⁹. Então, não seria exagerado afirmar que, apesar de não se encaixar em um “modelo clássico de cidade”, o Rio de Janeiro era na segunda metade do século XIX uma cidade cosmopolita e possuía seus mercados e circuitos internos que vinham sendo construídos desde os tempos coloniais.

Ouso afirmar que havia no País nesta época uma crise, não causada pelo advento das fábricas e tampouco o homem carioca era um homem fabril. A crise, entretanto, vinha de um problema real, o problema das epidemias, que precisava ser resolvido e foi imediatamente associado à falta de salubridade da cidade e a aglomeração do centro da cidade. Crise esta proveniente também de um problema de outra ordem, o de perceber a cidade como espaço de transformação, de enxergar uma idéia de civilização e nação a partir do rompimento com o passado. Cabe aqui ressaltar que a modernidade brasileira se deu, como já dito no primeiro capítulo deste trabalho, da aclimatação do liberalismo e do progresso técnico com a escravidão, o que não se trata de uma contradição ou antagonismo e nem é antiético o surgimento de um capitalismo brasileiro a partir do escravismo, são, na verdade especificidades da própria história do país²¹⁰.

Assim, com base nestes autores, percebemos que o Rio de Janeiro não pode ter sua urbanização comparada a das cidades européias, o que concordamos, mas não por ter tido um passado colonial, de dependência, ou por não pertencer ao “mundo” fabril e não ser uma sociedade capitalista e sim pelas características inerentes à sua própria e única história. O Rio de Janeiro foi uma cidade diferente desde sua fundação, uma cidade conquistada que nasceu no alto de um morro, que passou por diversas transformações até ser a capital do Império. Como tal era uma cidade “aberta”, com seus cafés e letrados, cosmopolita, e a elite política, econômica e intelectual desta cidade se via como nação civilizada.

E a partir do momento que começam as epidemias, esta elite se vê diante de uma crise que tem seu ponto culminante na década de 70, com todas as conseqüências pós-guerra do Paraguai e a partir daí as diferentes idéias de progresso e de cidade surgem e circulam e que toma forma no início do século XX.

208 Idem. pp.27-28.

209 Idem.

210 PESAVENTO, Sandra. *Op.cit.* Rever a discussão proposta no primeiro capítulo deste trabalho.

Mas o porquê de apenas no início do século XX, e não com as propostas anteriores estes planos se concretizaram. Diferentemente dos autores que apresentam razões simples: o país não se encaixa no modelo clássico ou o país não pertencia à ordem capitalista, consideramos que existem na realidade diversas razões, porém, duas foram decisivas: a fundação do Clube de Engenharia, em 1880 e a falta de um projeto político por parte do Império que tratasse das questões relativas a urbanização e a saúde pública. E por esta razão, os planos e projetos adquiriram ares de “projeto pessoal” e acabam não tendo continuidade após a saída de seu mentor intelectual ou idealizador.

Se não vejamos: o Clube de Engenharia, criado por Francisco Pereira Passos, Paulo de Frontin, Luis Rafael Viera Souto, dentre outros, passou a travar discussões a respeito da urbanização e da saúde pública do Rio de Janeiro. Aliado a isto, o momento político da crise do Império, o fim da guerra do Paraguai, a desintegração do sistema escravista, a efervescência mercantil, juntamente com novas epidemias de Febre Amarela e Varíola durante as décadas de 80 e 90, que, ponto fundamental, juntamente com o colapso do abastecimento de água da cidade em pleno verão de 1889, mostrou a ineficácia da Municipalidade em lidar com problemas urbanos da cidade possibilitaram a entrada do Clube de Engenharia e seus membros no cenário político, pois o engenheiro Paulo de Frontin acabou por sugerir um audacioso plano de abastecimento²¹¹.

O plano de Frontin deu resultado e o abastecimento foi normalizado, e o engenheiro, juntamente com o Clube de Engenharia, foram impulsionados para junto à municipalidade, exercendo trabalho de consultoria para a Prefeitura. Trata-se, portanto, de política.

A esta altura o governo, agora uma República, passava por uma série de dificuldades a fim de se afirmar como regime de governo, tendo que administrar as facções ligadas a Floriano Peixoto, a burguesia cafeeira e até monarquistas saudosos. A crise se refletiu na prefeitura do Município onde, de 1889 e 1902, houve 19 prefeitos diferentes, dentre fixos e interinos. Sem contar que o saneamento da capital continuava na pauta, pois as epidemias assolavam sem tréguas.

Em 1903 o então Presidente da República Rodrigues Alves convidou para ocupar o cargo o engenheiro Francisco Pereira Passos, coroando de vez a passagem do Clube de Engenharia e seus membros para a esfera pública, desta vez ocupando um cargo público importante e que possibilitaria a efetivação dos planos de saneamento para o Rio de

211 O plano de Frontin consistia em fazer jorrar 15 milhões de litros de água em um curto período de 6 dias. Cf ROCHA, Oswaldo Porto. *Op.cit.* p.44-45

Janeiro elaborado pelo Clube. Além do que, após 20 anos de preparação, chegou-se ao controle do Estado pelo controle do Clube.²¹²

A chegada de Pereira Passos à prefeitura, com plenos poderes, já com idade avançada, só demonstra que a passagem do Império para a república e a abolição, ou a mudança para uma mentalidade capitalista, se é que isto é possível de se afirmar, não foram às causas de neste momento, e não no século anterior os planos saírem do papel, a idéia de cidade forjada pelos idos de 1870 continuam lá, pois o prefeito que possibilitou tudo foi Pereira Passos, que fazia parte da Comissão.

Embora com o século XX novas teorias tenham sido trazidas a respeito de contágio e prevenção das epidemias, a perspectiva miasmática permanece nas reformas de 1904. De acordo com Jaime Benchimol, a materialização do discurso médico sanitário com o Bota-Abaixo foi a materialização do consenso dos miasmas²¹³, embora já existisse a chamada ciência dos micróbios. Isto apenas demonstra que o problema é talvez mais simples e ao mesmo tempo mais profundo do que um modelo explicativo possa nos mostrar. Os projetos da Comissão eram parte de um plano político do Conselheiro João Alfredo, que nos dizeres do engenheiro Viera Souto não passava de:

*...desejo de lisonjear o amor próprio, tomando um lugar entre os anexos do relatório que o Sr. Ministro do Império deve apresentar ao corpo legislativo em sua próxima reunião...*²¹⁴

O comentário crítico de Viera Souto mostra justamente a idéia de que os planos da comissão eram entendidos como um projeto pessoal do Conselheiro e dos demais membros da própria, sobretudo, Pereira Passos. E, realmente, durante a pesquisa foi possível observar a partir da trajetória de João Alfredo e da Comissão e, que a Comissão foi apenas o materializar de uma série de discussões a respeito da saúde pública e do ordenamento urbano da cidade a partir da idéia de João Alfredo, portanto, seu sucessor não iria efetivar um plano de reformas de um antecessor e assim contribuir para imortalizá-lo como o “Pai” das reformas ou o “Homem que solucionou o problema das epidemias e modernizou o Rio de Janeiro”.

212 ROCHA, Oswaldo Porto. Idem. p.55 a 58.

213 BENCHIMOL, Jaime Larry . Domingos Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. *História, ciência e saúde-Manguinhos*. Vol.2, n.1, p.67-98, mar./jun. 1995. p.71.

214 SOUTO, Luis Rafael. O melhoramento do Rio de Janeiro. *Jornal do Comércio* Parte II.p.2.

Aliado a este fato o momento era de crise financeira e política para o Império, e, finalmente, o retraimento das epidemias no período de 1876 a 1880, acabou por extinguir a Comissão e engavetar seus planos.

Foi possível a partir desta conclusão detectar, talvez, o germe de uma cultura política que persiste até os dias de hoje - o do projeto político pessoal, e por esta razão a descontinuidade entre os governantes no que concerne em levar adiante projetos ou trabalhos iniciados por seus antecessores. Basta observarmos o Rio de Janeiro deste início do século XXI onde o grande carro-chefe eleitoral do atual Prefeito César Maia é o famoso Rio-Cidade, um grande projeto de engenharia que contemplou diversos bairros da cidade na gestão passada e continua durante este mandato, e uma das promessas (ou seriam ameaças) de campanha era de que, se eleito ele retomaria o *seu* projeto, abandonado pelo antecessor, e o Rio ficaria mais limpo, ordenado e civilizado. Muito familiar, não?

Espero ter conseguido trazer a tona um outro olhar a respeito do que representaram os planos de *higienização* e reestruturação da cidade, sobre a idéia de civilização começou a ser construída na metade do século XIX e teve sua materialização no século XX, quando se projetou uma cidade ordenada e cosmopolita como trampolim para o progresso. Tudo respaldado no discurso da Ciência, outro fator indicativo do grau de civilização de um povo.

Espero que tenha sido possível conhecer um outro João Alfredo, o primeiro a pensar a saúde pública como um dever do Estado. E finalmente, tenha sido possível problematizar neste trabalho as permanências da política personalista existente até os dias de hoje.

FONTES:

Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro:

OR 376- Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. Crítica aos trabalhos da respectiva Comissão. Coleção de artigos publicados no Jornal do Comércio de 23 de fevereiro a 15 de abril de 1875 por Luis Rafael Viera Souto.

352(815.41) "1875" Primeiro Relatório da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro. BRASIL. Relatório do Ministério do Império. 1875.

Biblioteca Nacional:

REGO, José Pereira do, *Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

PRC-SPRO-0001- JORNAL DO COMMERCIO-MICROFILME-1870/1890.

Divisão de Periódicos.

Universidade de Chicago:

<http://www.uchicago.edu/brazilian docs. html>:

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1849*. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1850*. Rio de Janeiro, 1851.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1851*. Rio de Janeiro, 1852.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1852*. Rio de Janeiro, 1853.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1870*. Rio de Janeiro, 1871.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1871*. Rio de Janeiro, 1872.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1872*. Rio de Janeiro, 1873.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1873*. Rio de Janeiro, 1874

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1874*. Rio de Janeiro, 1875.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1876*. Rio de Janeiro, 1875

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1877*. Rio de Janeiro, 1876.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório da Comissão Central de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1849.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório da Comissão Central de Saúde Pública. *Regulamento Sanitário das Comissões paroquiais de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório da Comissão Central de Saúde Pública. *Descrição da febre amarela que no anno de 1850 reinou epidemicamente na Capital do Império, pela Comissão Central de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 1850. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1849.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório da Junta de Higiene Pública. *Exposição da Junta de Hygiene Pública sobre o estado sanitário da Capital do Império, e meios de conseguir seu melhoramento*. Rio de Janeiro, 1850. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1849.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório da Junta Central de Higiene Pública. *Exposição do estado sanitário da Capital do Império, apresentado ao Ministro do Império pelo Presidente da Junta Central de Hygiene Pública pelo Doutor Francisco de Paula Candido*. Rio de Janeiro, 1852.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Exposição do estado sanitário da Capital do Império, apresentado ao Ministério do Império pelo Presidente da Junta Central de Hygiene Publica Francisco de Paula Candido*. Rio de Janeiro, 1852. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1851.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Exposição do estado sanitário da Capital do Império, apresentado ao Ministério do Império pelo Presidente da Junta Central de Hygiene Publica Francisco de Paula Candido*. Rio de Janeiro, 1853. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1852.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Saúde Publica Relatórios do Presidente da Junta Central de Hygiene Publica e Inspector de saúde dos portos*. Rio de Janeiro, 1871. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1870.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Saúde Publica Relatórios do Presidente da Junta Central de Hygiene Publica: medidas higienicas urgentes e indispensaveis e urgentes ao melhoramento do estado sanitario da corte* Rio de Janeiro, 1872. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1871.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Presidente da Junta Central de Hygiene. Officio do presidente da Junta central de Hygiene Publica sobre as providencias necessarias para a salubridadede a capital do Império*. Rio de Janeiro, 1873. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1872.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Presidente da Junta Central de Hygiene do ano de 1874*. Rio de Janeiro, 1875. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1874.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Primeiro relatório da Comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*. Francisco Pereira Passos, Jerônimo de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Rio de Janeiro, 1875. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1875.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Segundo relatório da Comissão de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro*. Francisco Pereira Passos, Jerônimo de Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva. Rio de Janeiro, 1876. Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios do Império do ano de 1876.

BIBLIOGRAFIA:

- ARAGÃO, Pedro Muniz de. João Alfredo e a remodelação do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n.190, pp.47-57 jan./mar., 1946.
- ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, Niterói, Vol.1,n.2, pp.47-57, jan./abr., 1986.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo histórico. As especialidades e abordagens da História*. Rio de Janeiro: Celta, 2002.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Domingos Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil. *História, ciências e saúde: Manguinhos*, V.2, n.1:67-98,mar./jun.1995.
- _____. *Pereira Passos: Um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro,: Biblioteca Carioca, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: *CIDADE: história e desafios* OLIVEIRA Lúcia Lippi, (org.) Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002. p. 16-35.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.17,1996.
- CARVALHO, José Murilo de, *A construção da Ordem: a elite política Imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995. pp.133-134.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil* Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ/Ucam, 1998.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette letras, 1994.
- CAVALCANTE, Berenice O. Beleza, limpeza, ordem e progresso: a questão da higiene na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. *Revista Rio de Janeiro*. Niterói,Vol.1, n.1,1985.
- CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- COELHO, Edmundo Campos, *As profissões imperiais. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.
- CALAZA, Luciana, De volta ao centro do Rio. *O Globo*. Rio de Janeiro, !3 de maio de 2001. Morar Bem. pp.2-3.
- COSTA, Emília Viotti, *Da Monarquia a República. Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- CRULS, Gastão, *A Aparência do Rio de Janeiro* .Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949.

- DAMAZIO, Sylvia F, *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- DOSSE, François. DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 1987.
- FERNANDES, Tânia Maria. *Vacina Antivariolosa: ciência, técnica e poder dos homens* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- FILHO, Adolfo Morales de los Rios, *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: TopBooks/Universidade Editora, 2000(Primeira edição: 1946).
-
- _____ Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 288(220-254) jul./set. 1970.
-
- _____ Um documento histórico sobre a evolução da engenharia e da arquitetura no Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 249(401-406), out./dez. 1964.
- FILHO, Lycurgo Santos. Medicina no período colonial. In HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Monárquico. Reações e transições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976. Vol.3, Tomo 2. p.470.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1940.
- LE GOFF, Jacques. Comment écrire une biographie historique aujourd'hui. *Le débat*. Paris, n.54, pp.48-54, 1989.
- LEVI, Giovanni, Usos da biografia. RÉMOND, René(org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- LEVILLAN, Pierre. Os protagonistas: Da biografia. In REMOND, Réne(org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV editoras,1996.
- LOBO, Eulália N, *A história do Rio de Janeiro; do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: Ibemec, 1979.
- LYDA, Massako. *Cem anos de Saúde Pública. A cidadania negada*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- LUZ, Madel. *Medicina e Ordem política brasileira(1850-1930)*. São Paulo: Graal, 1982.
- MATTOS, Ilmar R. de. Do Império à República. *Estudos Históricos*, R.J, Vol.2, n.4, 1989.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec/MINC/PróMemória/Instituto Nacional do Livro, 1987.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Celso Nogueira(Trad.)São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- NORONHA SANTOS, Francisco A. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- PESAVENTO, Sandra. O dilema da modernidade brasileira. *Quipu* Vol.9,n.2, myo/agosto,1992.
- REIS, Elisa. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol.1, n.2, 1988.

- REGO, José Pereira do, *Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro desde 1830 a 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.
- RIBEIRO, Lourival, *O Barão do Lavradio e a higiene no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1992.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das demolições*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: UNESP/Hucitec/Abrasco, 1958. Marcos Fernandes da Silva Moreira(trad.)
- SCHAWARTZ, Lilia M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- SILVA, Fernando Nascimento, *Rio de Janeiro em seus 400 anos*. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1965. referência
- SILVA, Marilene Rosa N. da. *Negro na rua. A outra face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: artenova, 1989.
- TELLES, Pedro C. da Silva. *História da engenharia no Brasil(séculos XVI ao XIX)*, Rio de Janeiro/São Paulo: Livros técnicos e científicos, 1984.
- TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e a imposição da ordem*. Rio de Janeiro: COPPE, Editora marco Zero, 1989.
- VAUTHIER, Louis L. *Diário íntimo do engenheiro Vauthier1840-46*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Saúde, 1940. Prefácio e notas Gilberto Freyre.

ANEXOS



FOTO 1

MORAES, Roberto M. de e FRIDMAN Sergio A. *Morro do Castelo. Seus aspectos em uma rara coleção de cartões postais*. Rio de Janeiro: 1999. Fotografia anônimo.

Na foto acima podemos observar a Rua do Castelo e o acesso, via Rua do Carmo, para o Morro, a confluência do Largo do Hospital e a Ladeira do Castelo. o alto do Morro ficavam a Sé Catedral, dedicada a São Sebastião, havia ainda a Igreja de Santo Inácio e o Colégio da Companhia de Jesus, ambos construídos pelos jesuítas. Além do Hospital Militar, e já no Império o Observatório Astronômico, ambos instalados no prédio do Colégio. E ainda o forte São Januário, construído por Mem de Sá, a Casa da Câmara e a Cadeia.



FOTO 2

CARVALHO, Lia de Aquino. Habitações populares. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995. p.48 e 135.

Na foto acima observamos um cortiço localizado na parte central da cidade.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)